

“Não há explicação para juro a 13,75%”

Campos Neto “joga contra a economia brasileira”, diz Lula

Reprodução



Canadá obriga em lei a plataformas pagarem autores pelo conteúdo jornalístico usado

O Parlamento canadense aprovou na quinta-feira (22) uma lei que exige das big techs que remunerem os meios de comunicação nacionais pela veiculação dos artigos nas plataformas. A nova legislação é a mais recente tentativa de disciplinar a ação de gigantes empresas como a Meta (dona de Facebook, Instagram e WhatsApp) e a Alphabet (controladora do Google) para que paguem pelas notícias que compartilham em suas plataformas, algo que essas firmas têm se negado reiteradamente a fazer. **Página 7**

Putin chama à unidade contra nazistas de Kiev

“Hoje a Rússia está conduzindo uma luta difícil pelo seu futuro, repelindo a agressão dos neonazistas e seus patrões. Basicamente toda a máquina militar, econômica e informacional do Ocidente foi dirigida contra nós. Lutamos pela vida e segurança do nosso povo, pela nossa soberania e independência”, afirmou o presidente russo, após condenar o chefe do Grupo Wagner, Prigozhin. **Página 6**

PC da Rússia dá apoio a Putin e chama união em defesa da pátria

O presidente do Partido Comunista da Federação Russa, Gennady Zyuganov apoiou o apelo do presidente Vladimir Putin chamando todos os russos a “se unirem o máximo possível neste momento terrível e de responsabilidade”. Zyuganov exemplificou com a histórica vitória na Grande Guerra Pátria contra o nazismo (1941 a 1945): “Na época havia cossacos, padres e kulaks ofendidos, mas todos se levantaram e defenderam seu país”. **Página 6**

HORA DO POVO

ANO XXXIII - Nº 3.911 28 de Junho a 4 de Julho de 2023

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

“Quem está brigando com o Banco Central hoje é a sociedade”

O presidente Lula (PT) afirmou na quinta-feira (22), na Itália, que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, “joga contra a economia brasileira”, após o Comitê de Política Monetária (Copom) manter a taxa básica de juros em 13,75%. “É irracional o que

está acontecendo no Brasil, você ter uma taxa de 13,75% com uma inflação de 5%”, acrescentou, pontuando, que os senadores devem avaliar se o presidente do BC está cumprindo com o que tem de cumprir: “Não existe explicação aceitável do porquê a taxa de juros estar em 13,75%”, disse. **Pág. 3**

Senadora pede o afastamento do presidente do Banco Central



“Quem é que cumpriu o Protocolo de Quioto? Quem cumpriu as decisões da COP-15”, questionou Lula

Paris: Brasil pôs a nu hipocrisia ambiental e ganância de bancos

O presidente Lula fez um balanço de sua viagem a Europa onde visitou o Papa Francisco, reuniu-se com autoridades italianas, criticou, em Paris, a soberba europeia nas negociações com o

Mercosul e defendeu que os temas da desigualdade e da pobreza devem ter o mesmo peso das questões ambientais nos debates em fóruns internacionais. “Quem é que cumpriu o Protocolo de

Quioto? Quem é que cumpriu as decisões da COP-15, em Copenhague? Quem é que cumpriu o Acordo de Paris?”, questionou o presidente Lula, colocando à mostra a hipocrisia ambiental dos pa-

íses desenvolvidos. “Muitas vezes os bancos emprestam dinheiro e o dinheiro emprestado resulta na falência do Estado”, acrescentou Lula, criticando a ganância do sistema financeiro. **Página 3**

A senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) pediu ao CMN (Conselho Monetário Nacional) na sexta-feira (23) o afastamento de Roberto Campos Neto da presidência do Banco Central. O CMN é o órgão superior formado por Banco Central, Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda e tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito. O argumento da senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) é que há “comprovado e recorrente desempenho insuficiente para o alcance dos objetivos da instituição”. **Página 2**

Golpe fascista fracassou porque Forças Armadas não apoiaram, admite Bolsonaro

Para tentar se safar da cassação ou da cadeia, Jair Bolsonaro afirmou, na sexta-feira (23), em entrevista à Rádio Gaúcha Atualidade, que os terroristas que vandalizaram Brasília eram “senhorinhas e velhinhas com bandeira do Brasil nas costas” e que ele não tinha nada a ver com eles. “As Forças Armadas não participaram dos atos, portanto, não houve golpe”, admitiu o fascista. **Pág. 3**

600 sindicatos debatem retomar direitos e reforçar unicidade sindical

Confederações, federações, sindicatos e centrais sindicais se reuniram para debater propostas de mudanças e revogações dos ataques aos direitos trabalhistas praticados a partir da reforma trabalhista nos governos Temer e Bolsonaro. Reforçaram ainda a defesa da unicidade e sistema confederativo. **Pág. 5**

Iminente deportação de Assange ameaça o jornalismo



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Haddad: BC está em descompasso com a realidade do país

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quinta-feira (22) que o comunicado do Copom foi “muito ruim” e que o Banco Central (BC) “está contraindo problema futuro”. Ontem o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC decidiu manter a taxa Selic em 13,75% ao ano, nível desde agosto de 2022 – impondo restrições à atividade econômica do país.

“Nós estamos contratando um problema com essa taxa de juros. É isso que essa decisão significa. Está contratando inflação futura e aumento da carga tributária futura. É isso que está sendo contratado”, declarou Haddad, em Paris, onde acompanha o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Na avaliação do ministro da Fazenda, “o comunicado, como de hábito, é o quarto comunicado muito ruim. Todos foram ruins”, criticou Haddad. “E às vezes ele corrige na ata [divulgada seis dias após a reunião do Copom], mas não alivia a situação. Há um descompasso entre o que está acontecendo com o dólar, com a curva de juros, com a atividade econômica. E um claro sinal de que podíamos sinalizar um corte na taxa Selic”, seguiu Haddad.

“Nós estamos com juro real que deve estar batendo 8%. Essa é que é a realidade. E aí você tem o impacto na Bolsa, no varejo, você tem os impactos conhecidos”, ressaltou o chefe da equipe econômica, que avaliou que o BC deveria levar menos em consideração o boletim Focus (pesquisa semanal com as “previsões” das instituições financeiras apurada pelo órgão) na hora de tomar suas decisões.

“Sou a favor de olhar para pesquisa. Eu entendo dessas coisas. Agora, precisa de subsídio para a tomada de decisão. Pesquisa Focus é um subsídio para a tomada de decisão. Ela não pode substituir a autoridade monetária. Ela não é a autoridade monetária. E quando você tem uma pesquisa que está errando sistematicamente durante seis meses, você pode até continuar levando em conta, mas tem que sopesar os argumentos”, contrapôs o ministro.

Haddad, que no início da semana havia dito que o BC já deveria ter cortado os juros em março, voltou a manifestar a sua indignação contra a decisão do BC de manter os juros reais no Brasil nas alturas afirmando que é “evidente” que a decisão do órgão irá impactar “o fiscal” – isto é – as contas públicas porque União, Estados e municípios perdem arrecadação com a atividade econômica enfraquecida. “[a situação] “preocupa a Fazenda há algum tempo”, disse.

“Os estados estão perdendo arrecadação. Os municípios estão perdendo arrecadação. A União não está performando”, declarou o ministro Haddad, que buscou amenizar o quadro afirmando que algumas defasagens no caixa do governo estão sendo resolvidas, por meio de outras iniciativas. Ele citou a previsão de votar o projeto de lei que reformula o sistema de votação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que poderá reforçar a arrecadação em R\$ 30 bilhões por ano com o retorno do voto de desempate a favor do governo.

Senadora pede afastamento de Campos Neto da direção do BC

Foto: Divulgação



“Oficializamos pedido de exoneração do presidente do BC, devido sua persistência em manter injustificadamente as taxas de juros, comprometendo a economia do país”, disse a senadora Ana Paula Lobato

66% das micro e pequenas indústrias se veem prejudicadas pelo juro do BC, aponta pesquisa

“Quanto mais a Selic sobe, menor será o consumo”, diz presidente do Simpi

Pesquisa realizada com dirigentes de micro e pequenas Indústrias pelo Simpi e o Datafolha mostra que a percentagem dos que consideram o cenário atual “ruim ou péssimo” piorou, com um aumento de 37% para 48% nos meses de abril e maio.

A elevada taxa de juros é a principal preocupação apontada pelos donos e diretores das micro e pequenas indústrias, de acordo com a pesquisa. De fevereiro e março a abril e maio, cresceu de 52% para 66% o índice de empresas que estão se vendo muito prejudicadas pelas taxas de juros no Brasil. Quase metade delas não tem

capital de giro suficiente. Os juros elevados têm dificultado o acesso ao crédito num cenário onde 6,4 milhões de empresas estavam inadimplentes no mês de maio, segundo a Serasa.

A pesquisa do Simpi foi divulgada no dia em que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu pela manutenção dos juros básicos da economia, a taxa Selic, em 13,75%, a maior do mundo, ao contrário do anseio de todos os setores da sociedade, como declarou o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indús-

tria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, que defenderam a redução imediata dos juros.

Para Joseph Couri, presidente do Simpi, “é inevitável que a taxa de juros necessite ser mais baixa. Quanto mais a Selic sobe, menor será o consumo das pessoas, com uma tendência na queda da inflação. Por outro lado, quando ela cai, há um estímulo e aquecimento do mercado”.

De acordo com a pesquisa, os que veem o panorama como bom ou ótimo cresceram somente um ponto percentual, de 13% para 14% nos dois meses.

Com atual Selic, pequenas empresas “vão falir”, alerta presidente do Sebrae

Em maio, 5,73 milhões de micro e pequenas empresas estavam inadimplentes de um total de 6,48 milhões com contas atrasadas. “Falta sensibilidade com os pequenos empresários e empreendedores do país”, diz Décio Lima

Em maio, 6,48 milhões de empresas estavam inadimplentes no Brasil, segundo dados da Serasa Experian, divulgados na sexta-feira (23). Do total, 5,73 milhões eram micro e pequenas empresas.

Ao comentar a decisão do Banco Central, na quarta-feira (21), pela manutenção da taxa Selic em 13,75% ao ano, o presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Décio Lima, disse ao Valor Econômico que “falta sensibilidade

com os pequenos empresários e empreendedores do país”. Ele alertou que com a manutenção das taxas de juros no patamar atual, as pequenas empresas “vão falir, será uma questão de tempo”.

Juntas, as micro e pequenas empresas com CNPJs no vermelho somam R\$ 39,6 milhões de dívidas, de um total de R\$ 93,5 bilhões. Em média, cada companhia possui 6,9 contas atrasadas. O setor de serviços é o mais endividado, são 54% das empresas.

Apenas na região Sudeste do país, 3.394.976 empresas estavam com alguma conta atrasada, sendo que em São Paulo, principal parque industrial do país, o situação é ainda mais grave, com o maior número de empresas endividadas: 2.072.226.

Em relação a abril, houve uma queda de 28,8 mil empresas com dívidas atrasadas, “embora a taxa de juros do país ainda seja desafiadora às empresas”, ressaltou o economista Luiz Rabi da Serasa.

BNDES e Petrobrás firmam parceria

“BNDES é parceiro dessa gigantesca realização da Petrobrás no desenvolvimento do Brasil”, diz Mercadante

Os presidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Aloysio Mercadante, e da Petrobrás, Jean Paul Prates, assinaram, na quinta-feira (22), um Acordo de Cooperação Técnica que instituiu uma comissão mista visando quatro áreas prioritárias: desenvolvimento produtivo e inovação; transição energética e descarbonização; planejamento e estudos; e governança corporativa.

“Daqui para a frente, a Petrobrás tem um banco parceiro, presente, com uma equipe dedicada só para pensar e fortalecer a empresa”, destacou Aloizio Mercadante, durante a cerimônia de assinatura do documento. “As duas instituições nasceram juntas e caminharam juntas nesses 71 anos. Elas têm a mesma história, e o BNDES tem um papel importante de parceiro dessa gigantesca realização da Petrobrás no desenvolvimento do Brasil”, completou.

Para Jean Paul Prates, “a Petrobrás e o BNDES têm o



Aloysio Mercadante e Jean Paul Prates

poder e a vocação para serem a força motriz da indústria nacional. A Comissão Mista BNDES-Petrobrás é apenas mais um capítulo de uma parceria antiga. Mais uma vez, o BNDES e Petrobrás têm a oportunidade de ajudar a formar os caminhos que o país irá trilhar nos próximos anos, agora focando em pesquisa científica, fontes de energia mais sustentáveis e integridade para fortalecer toda a cadeia de óleo e gás”.

O acordo tem vigência de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período. A comissão será formada por subcomissões temáticas.

De acordo com o BNDES,

a subcomissão de desenvolvimento produtivo e inovação, por exemplo, “terá, por escopo, fortalecer a cadeia de fornecedores estratégicos e pequenos e médios fornecedores da cadeia de O&G. Também buscará viabilizar a utilização dos gastos obrigatórios da renda petroleira em P&D e inovação”.

Já a subcomissão de transição energética e descarbonização “avaliará medidas operacionais que visem reduzir as emissões de carbono de operadores, refinadores e fornecedores da cadeia de óleo e gás. O objetivo é fortalecer biorefino, biofertilizantes, biodiesel e biogás”.

Há “comprovado e recorrente desempenho insuficiente para o alcance dos objetivos da instituição”, diz senadora Ana Paula Lobato

A senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) pediu ao CMN (Conselho Monetário Nacional) na sexta-feira (23) o afastamento de Roberto Campos Neto da presidência do Banco Central. O CMN é o órgão superior formado por Banco Central, Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda e tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito.

O argumento da parlamentar é que há “comprovado e recorrente desempenho insuficiente para o alcance dos objetivos da instituição” por parte de Campos Neto. A senadora ainda pediu apoio aos colegas da Casa Alta e disse que “Campos Neto sabota o Brasil”.

“Oficializamos pedido de exoneração do presidente do BC, devido sua persistência em manter injustificadamente as taxas de juros, comprometendo a economia do país”, escreveu Ana Paula Lobato em seu perfil no Twitter.

Veja a íntegra do pedido no site do HP: <https://horadopovo.com.br/senadora-pede-o-afastamento-de-campos-neto-da-presidencia-do-bc/>

JUROS MAIS ALTOS DO MUNDO

O Copom (Comitê de Política Monetária) manteve a Selic, taxa básica de juros, em 13,75% ao ano pela 7ª vez seguida na quarta-feira (21). O órgão ignorou as pressões vindas de todos os setores da sociedade, dos empresários e até de setores do mercado financeiro. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vem cobrando a queda dos juros mas o BC não só não reduziu como nem indicou uma possível redução da taxa na próxima reunião, em agosto de 2023.

BRASIL REPUDIA DECISÃO DO BC

Diversos setores da sociedade exigiram do Banco Central a redução imediata das taxas de juros sob pena do agravamento da crise e a quebra de empresas. O presidente Lula afirmou na Itália que Campos Neto terá que se explicar de manter a taxa em 13,75% enquanto a inflação está em 5%.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na segunda-feira (19) que o início de corte da taxa básica de juros (Selic) deveria ter ocorrido em março deste ano. “Pra mim, deveria ter sido em março o início da redução. Vamos ver, vamos aguardar”, disse Haddad, em conversa com jornalistas na Fazenda. Ele disse isso ao ser questionado sobre a previsão do “mercado” de redução em agosto.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, divulgou nota afirmando que nada justifica o Banco Central manter nesta quarta-feira (21) a taxa básica de juros em 13,75%.

“Este é um momento crucial para a autoridade monetária decidir pelo início do ciclo de baixa da taxa de referência, dando fôlego à economia. Nada justifica o Brasil seguir com o título de campeão mundial de juros reais”, afirma Josué Gomes. “A dinâmica inflacionária está contida. Resta acertar a política monetária, até para termos tranquilidade para darmos atenção aos demais problemas que impedem o desenvolvimento pleno do país”, destaca.

EMPRESÁRIOS E ECONOMISTAS PELA QUEDA DOS JUROS

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, afirmou, durante a comemoração dos 71 anos do banco de fomento, que o atual nível da taxa de juros do Brasil, em 13,75%, é um obstáculo à função social da instituição e ao crédito em geral, o que resulta na retração do crédito às empresas e no aumento de inadimplência das pessoas físicas e jurídicas.

“A inflação desabou, mas

nós estamos com a taxa de juros crescendo em termos reais. Essa taxa de juros é um obstáculo a nossa função social de um banco de desenvolvimento e ao crédito de forma geral”, declarou Mercadante na abertura do evento Nosso Passado, Presente e Futuro, no Rio de Janeiro.

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) também divulgou nota defendendo a redução dos juros pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central.

De acordo com a entidade, “as elevadas taxas básicas de juros colocaram os juros de mercado nas alturas impactando negativamente a renda das famílias e das empresas. Ao analisar os indicadores recentes de atividade econômica, se observa uma importante desaceleração. Os investimentos em máquinas e equipamentos, já em queda no último trimestre de 2022, registraram queda de 6,5% neste início de ano (jan-mai) podendo comprometer o futuro do crescimento do país”.

COM INFLAÇÃO EM QUEDA, JUROS REAIS SOBEM

O presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz França, saiu em defesa da redução dos juros no país na reunião de hoje do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC). “É fundamental que a gente, nesta reunião do Copom, já inicie a redução da taxa de juros no Brasil”, declarou à CNN, após sua intervenção no 4º Fórum de Inovação e Liderança da Incorporação (FILI 2023), realizado em São Paulo, na terça-feira (20).

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Márcio de Lima Leite, em entrevista ao Canal Livre da BandNews, no domingo (18) advertiu que os juros altos estão sendo um entrave para as vendas. “A inflação caiu, então com isso, os juros reais estão mais caros”.

“Nós não estamos na metade do ano, 14 fábricas pararam as suas produções por demanda. De Janeiro a maio deste ano nós tivemos 14 paralisações por falta de demanda. Agora nós temos mais uma montadora parada, essa semana, então, nós estamos com 15 paralisações. Há uma expectativa de mais três fábricas pararem porque os estoques estão altos”, disse o presidente da Anfavea.

CENTRAIS SINDICAIS FIZERAM ATO CONTRA OS JUROS ALTOS

As centrais sindicais voltaram às ruas, na terça-feira (20), em protestos contra juros altos do Banco Central. Em São Paulo, o ato foi em frente à sede do BC, na Avenida Paulista, onde os sindicalistas ressaltaram a urgência de se reduzir a taxa Selic, mantida pelo Comitê de Políticas Monetárias (Copom) do Banco Central em 13,75%.

“Nós, que defendemos um projeto nacional de desenvolvimento, com valorização do trabalho e distribuição de renda, visando combater essa brutal desigualdade em nosso país, não podemos admitir uma taxa de juros brutal dessa que causa o desemprego, que afoga a reinustrialização. Precisamos reduzir as taxas de juros já, para que possamos colocar o Banco Central a serviço do país, da população brasileira. Para que possamos resgatar um programa nacional de desenvolvimento”, afirmou o carro de som o presidente estadual da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Rene Vicente.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, fez críticas ao Banco Central (BC) na terça-feira (20) durante almoço da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, em Brasília. “Nada justifica esse patamar de juros”, disse. Rui Costa afirmou ainda que o Banco Central “não está mantendo a taxa de juros” em 13,75%, “está aumentando a taxa de juros” praticada no país.

Foto: Léo Elger/Agência Petrobras

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSC - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@oi.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@vahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Reprodução/TV Brasil

O vice-presidente Geraldo Alckmin “Manutenção da Selic em 13,75% prejudica todos os setores da economia”, aponta Geraldo Alckmin

O vice-presidente, Geraldo Alckmin, criticou nessa quinta-feira (22) a decisão do Banco Central de manter os juros “desnecessariamente” elevados. O Comitê de Política Monetária decidiu pela manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 13,675% ao ano na reunião de ontem.

“Eu queria dizer que essa manutenção da Selic não prejudica apenas a atividade econômica; na medida em que inibe investimento, dificulta o comércio, prejudica a indústria, o setor do agro”, disse. “Mas ela também tem outro impacto, que é do ponto de vista fiscal. Porque quase metade da dívida brasileira é ‘selicada’”, disse em coletiva à imprensa.

Segundo Alckmin, a cada ponto percentual da taxa Selic custa R\$ 38 bilhões do serviço da dívida. “A taxa está cinco pontos percentuais acima do que deveria estar, acarretando um custo para o Brasil de quase R\$ 200 bilhões”, ressaltou.

“O mundo todo hoje tem juro negativo. A inflação está em queda, o IGPM em queda, os juros futuros em queda. Se a preocupação fiscal é com a dívida, nada pior do ponto de vista fiscal do que isso, porque quase metade da dívida brasileira é selicada”, enfatizou o vice-presidente República e ministro do Desenvolvimento.

Campos Neto pratica ‘negacionismo econômico’ e deve ser convocado ao Senado, afirma Randolfe

O senador Randolfe Rodrigues (sem partido), líder do governo no Senado, afirmou nesta sexta-feira (23), através de suas redes sociais, que o país não pode mais ficar parado diante do abuso cometido pelo presidente do Banco Central.

“Estou apresentando requerimento para convocar, de imediato, o Sr. Roberto Campos Neto para prestar explicações junto à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Não podemos mais ficar parados vendo esses juros frearem o desenvolvimento do país”, afirmou o senador.

“Campos Neto age como um verdadeiro líder da oposição ao politizar uma decisão que deveria ser técnica! Que nome se dá à decisão de ignorar a melhora no cenário econômico, com queda da inflação, dos juros futuros e apro-

“Senado tem instrumentos para fazer o BC cumprir a lei”, afirma o líder do MDB

O líder do MDB no Senado, senador Eduardo Braga (AM), fez, nesta sexta-feira (23), em entrevista ao Congresso em Foco, duras críticas à atuação de Campos Neto à frente do Banco Central, que na última reunião do Conselho de Política Monetária (Copom) manteve os juros em 13,75%. “O Banco Central já chegou no ponto do limite com relação a essa questão da sua posição”, avaliou o parlamentar.

“Não é que queremos mudar a regra do jogo. Não, dentro da regra estabelecida, na independência do Banco Central, o Senado tem mecanismos para fazer cumprir a sua posição e mecanismos. É só analisar o que está previsto na lei. Nós temos os mecanismos. Portanto, o Banco Central está na hora de levar em consideração que a independência do Banco Central está sob uma égide legal. Eles, portanto, precisam entender que há uma subordinação legal”, disse.

“Essa questão dos juros é um debate absolutamente necessário e não é apenas a taxa Selic que é necessário discutir; mas também essa questão do crédito rotativo do cartão de crédito no Brasil”, prosseguiu o senador. “Cheque especial é outra coisa absurda no Brasil e, na minha opinião, o mercado já vem sinalizando uma queda futura da taxa de juros, o arcabouço fiscal foi votado no Senado e voltou para a Câmara”, afirmou.

“Não vejo mais razões para o Banco Central não sinalizar para o mercado a queda da taxa de juros. Nesse sentido, o presidente Lula tem toda razão”, apontou Braga.

“Esse cidadão joga contra a economia brasileira”, diz Lula



Reprodução

“Não existe explicação para uma taxa de de juros de 13,75%”

Discurso de Lula na França pôs a nu a hipocrisia ambiental e a ganância do sistema financeiro

O presidente Lula fez um balanço de sua viagem Europa onde visitou o Papa Francisco, reuniu-se com autoridades italianas, criticou a soberba europeia nas negociações com o Mercosul e defendeu que os temas da desigualdade e da pobreza devem ter o mesmo peso das questões ambientais nos debates em fóruns internacionais.

“Ontem, quando falei da luta contra a desigualdade junto com a luta pelo clima, é porque a desigualdade hoje é maior do que era. E precisamos nos indignar enquanto sociedade contra isso. Em uma reunião como a que tivemos ontem, a questão do Haiti não entrar em pauta, é como se não fosse uma questão de ninguém, mas na verdade é um problema de todos nós”, disse Lula, ao cobrar que os países ricos devem ajudar os países pobres a defender a natureza e combater a fome.

“Ou seja, nós somos um mundo cada vez mais desigual, e cada vez mais a riqueza está concentrada na mão de menos gente, e a pobreza concentrada na mão de mais gente. Se nós não discutirmos essa questão da desigualdade, e se a gente não colocar isso com tanta prioridade quanto a questão climática, a gente pode ter um clima muito bom e o povo continuar morrendo de fome em vários países do mundo”, apontou.

Em seu discurso na Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global, realizado na França, Lula foi contundente e representou os anseios de todo o Sul Global na crítica à ganância e à insensibilidade do sistema financeiro internacional.

TSE começa a julgar e o MP Eleitoral pede condenação e inelegibilidade de Bolsonaro

O julgamento de Bolsonaro por abuso de poder político foi iniciado nesta quinta-feira (22), com a leitura do relatório feito pelo corregedor-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e relator do caso, ministro Benedito Gonçalves. Em seguida, o Ministério Público Eleitoral (MPE), os advogados do ex-presidente, que deve perder seus direitos políticos por oito anos.

O vice-procurador-geral eleitoral, Paulo Gustavo Gonet, foi o último a falar na sessão e se manifestou pela condenação de Jair Bolsonaro e absolvição de Walter Braga Neto, que foi candidato a vice de Bolsonaro.

O julgamento voltará a ocorrer na terça (27) e na quinta-feira (29). O primeiro a votar será o ministro e relator do

possível. A carta adicional que foi feita pela União Europeia não permite que se faça um acordo. Nós vamos fazer a resposta, e vamos mandar a resposta, mas é preciso que a gente comece a discutir. Não é possível que nós tenhamos uma parceria estratégica e haja uma carta adicional fazendo de uma ameaça a um parceiro estratégico”, destacou o presidente.

Sobre as ameaças ao Mercosul em caso de descumprimento das regras criadas unilateralmente pelos europeus, Lula desmascarou a hipocrisia ao mostrar que ninguém esta respeitando regras. Ele disse que “ou mudamos essas instituições que fiscalizam a questão climática, ou tudo vira uma brincadeira”, denunciou. “E por que vira uma brincadeira?”

“Quem é que vai cumprir as decisões emanadas dos fóruns que nós fazemos? É o Estado Nacional? Vamos ser francos: quem é que cumpriu o Protocolo de Quioto? Quem é que cumpriu as decisões da COP-15, em Copenhague? Quem é que cumpriu o Acordo de Paris?”, indagou. “Ou seja, e não se cumpre porque não tem uma governança mundial com força para decidir as coisas e a gente cumprir”, apontou.

“O almoço com o presidente Macron foi importante para colocarmos em dia assuntos. O mais importante foi o acordo União Europeia e Mercosul. Nós sabemos qual a questão que eles tem, eles sabem a nossa. Ficamos de responder a carta adicional da União Europeia e espero que tenhamos capacidade e sabedoria de resolver esse assunto”, disse Lula.

Alguns generais e comandantes militares foram ofendidos e agredidos violentamente pela milícia bolsonarista na internet porque desautorizaram o uso indevido das FFAA. A milícia

caso, Benedito Gonçalves. Em seguida, votaram os ministros Raul Araújo, Floriano de Azevedo Marques, André Ramos Tavares, a vice-presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, e o ministro Nunes Marques. O último a votar será o presidente do TSE, Alexandre de Moraes.

RELATÓRIO
Durante duas horas o ministro Benedito Gonçalves leu o relatório da ação e fez um resumo do caso em que são lembrados as provas e os depoimentos colhidos ao longo do processo.

Presidente criticou Roberto Campos Neto, presidente do BC, e os juros nas alturas

O presidente Lula (PT) afirmou nesta quinta-feira (22), na Itália, que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, “joga contra a economia brasileira”, após o Comitê de Política Monetária (Copom) manter a taxa básica de juros em 13,75%.

“Eu acho que esse cidadão joga contra a economia brasileira. Não existe explicação aceitável do porquê a taxa de juros estar em 13,75%”, disse Lula. A afirmação foi feita durante coletiva de imprensa na Itália, nesta quinta-feira (22).

“Não se trata de o governo brigar com o Banco Central. Quem está brigando hoje com o Banco Central é a sociedade brasileira. Os varejistas, os pequenos e médios empreendedores, as pessoas que precisam de crédito. É irracional o que está acontecendo no Brasil. Temos 72% de brasileiros e brasileiras com dívidas, e esse é um problema da sociedade brasileira”, apontou o presidente.

“Não é o governo que está brigando com o BC, quem está brigando com o Banco Central é a Confederação Nacional da Indústria, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a maior do Brasil, eles estão brigando com taxa de juros, os maiores varejistas estão brigando com taxa de juros”, prosseguiu Lula.

“É irracional o que está acontecendo no Brasil, você ter uma taxa de 13,75% com uma inflação de 5%”, acrescentou. Lula disse que está cobrando dos senadores para que verifiquem se Campos Neto está cumprindo com a legislação, por causa da autonomia do Banco Central.

“Foram os senadores que

colocaram o cidadão lá, tem que verificar se ele está cumprindo com o que tem de cumprir. Ele tem que ser cobrado”, disse. “Acho que esse cidadão joga contra a economia brasileira. Ele não tem explicação, não existe explicação aceitável por que a taxa de juros está em 13,75%, Não temos inflação de demanda”, disse o presidente.

A decisão do BC não só não reduziu a Selic como apontou para uma permanência dos juros nesses níveis por um longo tempo. O chamado mercado aguardava que, pelo menos, fosse dado algum sinal de que as taxas começariam a baixar em agosto, mas nem isso foi dito pelo comunicado do Copom (Conselho de Política Monetária) do Banco Central.

Praticamente todos os setores da economia brasileira, de empresários a trabalhadores, se pronunciaram às vésperas da reunião do Copom para cobrar a redução dos juros. Várias delas alertaram o presidente do BC para a urgência da redução dos juros, sob pena de haver quebra de empresas, mas Campos Neto se fez de surdo e não tomou conhecimento da realidade econômica do país. Por isso, Lula disse que é a sociedade que está exigindo a queda dos juros.

Lula está em viagem na Europa, onde cumpre agenda na Itália e na França. O presidente já se encontrou com o Papa Francisco e com a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni. Ao ser questionado sobre a manutenção da taxa de juros no Brasil, Lula voltou a criticar Campos Neto. O presidente afirmou que é “irracional” o patamar estipulado pelo Banco Central.

Golpe fascista fracassou porque FFAA não apoiaram, admite Jair Bolsonaro

Para tentar se safar da cassação ou da cadeia, Jair Bolsonaro afirmou, na sexta-feira (23), em entrevista à Rádio Gaúcha Atualidade, que os terroristas que vandalizaram Brasília eram “senhorinhas e velhinhas com bandeira do Brasil nas costas” e que ele não tinha nada a ver com eles.

Tentando tirar o corpo fora da responsabilidade pela tentativa fracassada de 8 de janeiro, Bolsonaro mentiu mais uma vez aos seus entrevistadores. Apesar do contorcionismo, ele acabou obrigado a admitir que não concretizou a tentativa de ruptura violenta da Constituição porque as Forças Armadas não embarcaram em sua aventura golpista.

“As Forças Armadas não participaram dos atos, portanto, não houve golpe”, explicou o fascista.

Ou seja, ele teve que reconhecer que ficou isolado e sem força para concretizar a planejada “intervenção” no TSE. As mensagens gravadas no celular de seu “faz-tudo”, o coronel Mauro Cid, mostraram que os bolsonaristas ficaram furiosos porque os comandantes das Forças Armadas não apoiaram a ideia articulada por ele e sua trupe de declarar nulas as eleições e decretar “Estado de Defesa” no TSE.

Alguns generais e comandantes militares foram ofendidos e agredidos violentamente pela milícia bolsonarista na internet porque desautorizaram o uso indevido das FFAA. A milícia



Sérgio Lima/AFP

Bolsonaro deu entrevista

chegou até a nomear os generais que seriam, na visão deles, os “traidores do Brasil”.

O plano de golpe, que foi descoberto nas gravações obtidas pela Polícia Federal, mostrou que a ideia era a disseminação das agitações, dos bloqueios de estradas e dos atos em frente a quartéis como preparação para a decretação do Estado de Defesa no TSE e a intervenção militar.

O golpistas queriam alterar, através de um golpe de Estado, o resultado desfavorável das urnas. Até um parecer do jurista da extrema direita, Ives Gandra Martins foi encomendado para dar um ar de legalidade à trama golpista. Tudo isso foi devidamente repudiado pelos altos mandos militares. Na entrevista, Bolsonaro negou que ele agia como maestro do golpe.

O Planalto tentou impedir eleitores de votar no Nordeste. Queiram causar confusão e obrigar o TSE a estender o horário de votação na região. A ideia era depois acusar os ministros do TSE de parcialidade no pleito. Tiveram azar, porque Alexandre de Moraes, presidente do TSE, abortou o plano obrigando a Polícia Rodoviária Federal a liberar imediatamente as estradas e deixar os eleitores votarem.

Com a ordem expedida por Moraes, não precisou ser estendido o horário de votação na região. O depoimento mentiroso do ex-diretor da PRF na CPI confirma que os bloqueios faziam parte do plano golpista.

A agitação no dia da diplomação do presidente Lula também fazia parte dos planos de desestabilização política. A reação firme do STF, do Congresso e da sociedade dificultou a continuidade do plano. A recusa dos militares em participar foi a pá de cal no golpe.

Os descabros do oito de janeiro já foram resultado do fracasso do golpe. Ou seja ali já foi um ato de desespero das hordas fascistas com a derrota política. Eles então vandalizaram Brasília e destruíram as sedes dos Três Poderes. Sobre esses, Bolsonaro disse que eram “senhorinhas e velhinhas com bandeira do Brasil nas costas”.

323 acampamentos do garimpo ilegal foram destruídos na Terra Yanomami

Flávio Dino anunciou que mais de R\$ 2 bilhões em bens foram confiscados. “É diferente do que havia no passado, em que havia uma certa convivência com a prática criminosa”, disse o ministro da Justiça

Na última quinta-feira (22), os órgãos de repressão da força-tarefa do governo federal que atuam na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, afirmaram que destruíram 323 acampamentos de garimpo e 151 balsas garimpeiras, desde o início da Operação Contínua, em janeiro. E para desestruturar financeiramente as quadrilhas que atuavam na região, a Operação Sisaque confiscou mais de R\$ 2 bilhões em bens dos investigados.

Os resultados das operações foram anunciados pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, no mesmo dia em o governo federal publicou o decreto que amplia a atuação do Ministério da Defesa, sobretudo o Exército, contra o garimpo ilegal e o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em território Yanomami.

“Uma operação com esse montante bloqueado demonstra a força dessa atividade criminosa que nós estamos, nesse momento, combatendo. É diferente do que havia no passado, em que havia uma certa convivência em relação a essa prática criminosa”, disse o ministro Flávio Dino.

O ministro ainda apresentou imagens de satélites do Sistema Planet de rios da região, o Mucajai, o Couto de Magalhães e o Uraricoera, todos em Roraima; e do Rio Couto de Juami, no Amazonas, comparando os registros feitos em janeiro e maio deste ano.

De acordo com Dino, a mudança na coloração das águas desses rios demonstra a despoluição, após a interrupção do uso de mercúrio e outros poluentes do garimpo combatido pelo governo.

“Cuida-se do enfrentamento de um plexo criminoso. Você combate o garimpo ilegal, a lavagem de dinheiro e, também, crimes ambientais”, disse Dino.

PREVENÇÃO

Em outra frente de atuação contra o garimpo no Território Indígena Yanomami, o ministro Dino lembrou que o governo federal enviou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3025/23, que regula o comércio e o transporte de ouro no Brasil, conforme determinação do Supremo Tribunal Federal (STF). Dino disse que o projeto pretende normatizar a atividade e “prevenir novos descontroles em relação ao garimpo ilegal na Amazônia brasileira”.

O texto encaminhado ao Congresso prevê quatro eixos de atuação: o aperfeiçoamento do controle pelo sistema financeiro, por exemplo, com a exigência de nota fiscal eletrônica para compra e venda do metal e a aquisição do ouro somente por meio de transferência bancária; o controle pela Agência Nacional de Mineração, com a gestão do sistema das informações sobre aquisição do minério; o controle pelos órgãos de segurança e de lavagem de dinheiro, com o rastreio do ouro

a partir de guia de transporte e custódia; o fim da presunção de boa-fé e possibilidade de responsabilização de elos da cadeia de compra e venda de ouro, para ser comprovada a origem legal do ouro comercializado.

Dino entende que o projeto de lei deve ter prioridade na pauta do Congresso Nacional e articula com o ministro-chefe da Secretaria das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para que o texto seja votado ainda em agosto.

“Toda a cadeia passa a ser responsável por comprovar a origem lícita do ouro e, com isso, nós vamos proteger a Amazônia brasileira, o meio ambiente, as populações indígenas, mediante a aprovação dessa nova lei”, disse o ministro Flávio Dino.

AMPLIAÇÃO DA SEGURANÇA

O ministro Flávio Dino destacou a importância do decreto anunciado pelo presidente em exercício, Geraldo Alckmin, para a ampliação da atuação das Forças Armadas na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. A área faz parte do território de faixa de fronteira nacional, que corresponde a uma extensão de 150 km.

Flávio Dino também anunciou que, a partir do novo decreto, as Forças Armadas passam a fazer, neste território, a revista pessoal, busca e apreensão, além de eventuais prisões em flagrante na Faixa de Fronteira.

“O objetivo é ampliar a cooperação das Forças Armadas com a Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e com a Força Nacional, que desde janeiro vem atuando para o desmantelamento do garimpo ilegal na terra Yanomami”, disse Dino.

Segundo o titular do MJSP, a operação para a desintrusão da terra Yanomami hoje “é a mais complexa que temos no Brasil”. Até o momento, foram investidos R\$300 milhões em operações da PF. Grande parte desse investimento foi em logística aérea.

Foi destacado que, com as operações da Polícia Federal, em Roraima e na Amazônia, houve uma melhora no padrão ambiental. De acordo com o ministro, houve uma mudança da cor da água, que deixou de ser barrenta para ser uma água mais limpa. “Com a mudança da coloração da água do rio, mostramos a melhoria, portanto, do padrão ambiental, a partir da atuação da Polícia Federal no combate ao garimpo ilegal”, pontuou Flávio Dino.

Mesmo que a abertura de novos garimpos em território Yanomami tenha sido zerada, conforme anúncio do Governo Federal, nesta semana, o ministro reforçou a necessidade de ampliar a segurança pública na área, com o objetivo de conter o narco garimpo. “A presença de garimpeiros é residual e os que infelizmente são aqueles com ligação com facções criminosas, e, por isso, a importância do decreto que instituímos esta semana”, defendeu.



Reprodução/PT

Forças Armadas passarão a desenvolver papel de combate à invasores

Decisão do BC impacta o desenvolvimento do país, afirma a ministra Luciana Santos

Ministra de C&T critica manutenção da Selic pelo BC e afirma que “a redução dos juros é uma meta perseguida por nosso governo”

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, afirmou que “a taxa de juros tem impacto direto no fomento e no desenvolvimento do país”, condenando a decisão do Banco Central (BC) de manter a taxa básica de juros da economia (Selic) em 13,75% ao ano.

Na cerimônia de posse da nova diretoria e do conselho fiscal da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), que reúne 34 instituições financeiras de desenvolvimento, Luciana Santos afirmou que não vê motivo para o BC ter decidido manter a Selic no atual nível.

A ministra ressaltou que o Brasil tem registrado “crescimento, superávit comercial, queda da inflação, que passou de 12,5% para 4,5%, e indicadores macroeconômicos que não justificam a taxa de juros”.

Luciana afirmou, ainda, que “neste período de seis meses à frente do MCTI, garantimos muitas conquistas efetivas. Recompomos integralmente o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e conquistamos a TR como indexador para os financiamentos de projetos de inovação. Isso já se traduziu em recorde de busca de crédito”.



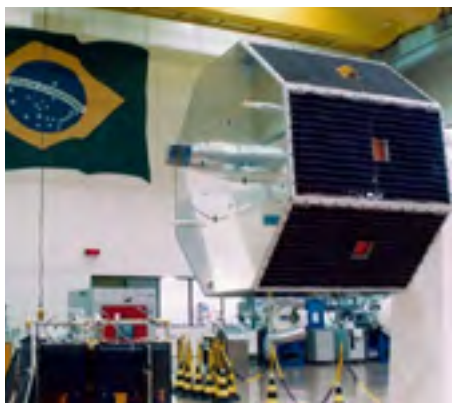
Luciana Santos afirmou que não vê motivo para o BC ter decidido manter a Selic

Na quarta-feira (21), o Ministério e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) assinaram os primeiros contratos de financiamento com taxas de juros reduzidas de projetos inovadores nas áreas de comercialização de energia e créditos de carbono, digitalização de serviços e saúde. Por meio da Lei 14.554/2023, que estabeleceu a TR (Taxa Referencial) como indexador nos financiamentos concedidos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), são 200 projetos já contratados, totalizando R\$ 1 bilhão.

“Soma-se à recomposição do FNDCT, a lei que reduziu os juros dos empréstimos concedidos pela Finep, sancionada pelo presidente Lula”, disse a ministra. “Com um total de 200 projetos contrata-

dos neste ano, já dobramos o resultado alcançado no mesmo período do ano passado. Isso mostra a força do crédito mais barato para incentivar o investimento e impulsionar o crescimento econômico. A redução dos juros praticados nos diversos setores da economia brasileira é uma meta perseguida por nosso governo desde o primeiro dia”, completou.

A Lei 14.554/2023 estimula a inovação à medida em que fixa que o financiamento passa a ser calculado com base na Taxa Referencial (TR), e não mais a partir da indexação pela Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). Isto na prática significa que os juros dos empréstimos são bem mais baixos, cerca de 2% ao ano, ante a TJLP, 7,28% ao ano (valor de referência de maio).



Recorde foi alcançado em 17 de junho com 30 anos, 4 meses e 4 dias

Com 30 anos em órbita, satélite brasileiro SCD-1 bate recorde mundial de tempo de operação

Em junho de 2023, o Satélite de Coleta de Dados (SCD), operado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), bateu o recorde mundial em operação. Ele foi lançado ao espaço em 9 de fevereiro de 1993, sendo que o satélite foi resultado do primeiro programa espacial nacional, a Missão Espacial Completa Brasileira, que teve início em 1979. O objetivo era conquistar a autonomia do acesso ao espaço e impulsionar o desenvolvimento de satélites.

“Hoje, sabemos que o novato se tornou o recordista mundial em operação. Aquele lançamento se tratava de uma grande conquista para o Brasil”, afirmou o pesquisador Adenilson Roberto da Silva, coordenador-geral de Engenharia, Tecnologia e Ciências Espaciais do Inpe, unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Hoje, o SCD-1 cumpre a função de receber dados ambientais coletados por centenas de plataformas distribuídas no território brasileiro e retransmitir as informações para as estações terrestres localizadas em Cuiabá e Natal. Os dados são armazenados em um sistema nacional e disponibilizados para os usuários.

O recorde do Satélite de Coleta de Dados (SCD-1) foi alcançado em 17 de junho, quando o equipamento completou 30 anos, 4 meses e 4 dias em órbita, superando o satélite japonês Geotail, cujas operações foram encerradas em novembro de 2022.

“O primeiro aspecto importante desse recorde é porque se trata do primeiro desenvolvimento de uma nação na área de satélites. Isso mostra a competência tanto no projeto, quanto na fabricação”, ressaltou Adenilson.

Ainda segundo ele, as complexidades dos novos satélites em órbita reduzem o tempo de operação. “Difícilmente esse recorde do SCD-1 venha a ser batido devido ao aumento das complexidades e funcionalidades que hoje são demandadas dos satélites. E mesmo que venha a ser batido, não se espera que venha ocorrer por um primeiro desenvolvimento de uma nação”, completou.

EVOLUÇÃO

Desde que o SCD-1 foi lançado ao espaço, muita coisa mudou no desenvolvimento dos satélites. O avanço na área da eletrônica permitiu a redução do volume, da massa e do consumo de energia dos equipamentos e, consequentemente, do tamanho dos satélites. “Além disso, a evolução nos computadores foi muito grande. Com isso, muitas funções que eram executadas em solo passaram a ser executadas a bordo. Esse avanço permitiu que as aplicações fossem melhoradas e novas aplicações desenvolvidas”, disse.

De acordo com o pesquisador do Inpe, a melhora do desempenho dos satélites mais modernos, a incorporação de novas funcionalidades e a redução do tamanho ampliaram a complexidade dos equipamentos.

“Os satélites não se tornaram mais suscetíveis a falhas, mas houve o aumento do número de funções realizadas, o que permitiu desenvolver novas aplicações e melhorar as existentes. A miniaturização também elevou a complexidade dos equipamentos. A combinação de todos esses fatores pode levar à ocorrência de falhas. No entanto, mesmo com toda a complexidade dos projetos atuais, os satélites desenvolvidos hoje possuem uma vida útil especificada e, na grande maioria dos casos, a vida útil especificada é sempre cumprida. Nesse contexto, recordes como esse obtido pelo SCD-1, serão cada vez mais difíceis, se não, impossíveis.”

FIM DA VIDA

Adenilson explicou que o SCD-1 possui controle de orientação passivo, mas não conta com propulsão a bordo. Por isso, não é possível executar operação de descomissionamento. “Assim, deverá continuar operando até que uma falha maior ocorra e ele deixe de se comunicar com as antenas em solo. No estado atual, a velocidade de rotação, que é o princípio físico que o estabiliza, diminuiu bastante e vai continuar decrescendo.” “É esperado que, em algum momento, a estabilização seja perdida, sendo, talvez, a provável causa do final de vida do SCD-1. Como a redução da velocidade de rotação depende de fatores ambientais externos, pode ser que a vida útil seja encerrada num curto prazo. Não se espera uma vida longa a partir deste momento”, conclui o pesquisador.

Casos de maus tratos a crianças em escolas de São Paulo chocam o país

Dois casos de maus tratos a crianças vieram à tona nas redes sociais e chocaram a população. A primeira, foi uma criança de 2 anos flagrada dentro de uma espécie de “jaula” no Centro de Educação Infantil (CEI) 7, em Sorocaba (SP).

O outro caso foi em uma escola de educação infantil que fica no bairro Cambuci, Zona Sul. Casos foram descobertos após uma professora esconder o celular e gravar. A Polícia pediu à Justiça prisão temporária dos dois donos.

O vídeo da criança de Sorocaba foi feito em 25 de maio por um morador, mas só foi divulgado na última quinta-feira (22). As imagens mostram a criança dentro da gaiola chorando e pedindo pela mãe. Segundo a testemunha que fez o registro, a ação foi para corrigir mau comportamento na unidade de educação infantil.

A Prefeitura de Sorocaba informou que a corregedoria municipal abriu uma sindicância para apurar a denúncia no CEI 7. Ainda conforme a testemunha, a mãe da criança foi abordada pela diretora alegando que, naquele dia, a professora teria colocado o menino no “cantinho do pensamento” e que a situação teria sido denunciada por uma vizinha.

Com o passar dos dias, a mãe notou uma mudança no comportamento do filho, como mais agressivo, inquieto, além de acordar gritando durante a noite e falar que a “escola bateu”.

A Secretaria da Educação (Sedu) informou que recebeu a denúncia e acionou a Corregedoria Geral do Município para apurar o ocorrido e disse que vai tomar todas as providências cabíveis, repudiando o caso. A pasta também acionou o Conselho Tutelar.

O advogado confirmou a denúncia e

disse que no dia do ocorrido a mãe foi abordada pela diretora e por um funcionário da Secretaria de Educação que, a princípio, expuseram o ocorrido, mas se negaram a apresentar as referidas imagens.

A família teve o conhecimento das imagens dias depois dos fatos, após localizarem a vizinha que teria ajudado a criança.

“Todas as medidas respeitantes ao caso já estão sendo tomadas para evitar que outras crianças também possam passar pelo mesmo tipo de situação constrangedora e infeliz”, informa o advogado Rodrigo Rollo.

ESCOLA PEQUIÁ

A Polícia Civil de São Paulo investiga denúncias de maus-tratos em alunos dentro da escola particular Pequíá, no bairro do Cambuci, em São Paulo. Pais e professores registraram boletim de ocorrência contra o estabelecimento de ensino.

A polícia pediu a prisão temporária dos dois donos. Os casos foram descobertos porque uma das professoras, depois de testemunhar cenas de maus-tratos e humilhações, conseguiu esconder o celular e gravar. Uma foto mostra um menino amarrado pela blusa em um poste.

Com as provas, ela procurou algumas mães de alunos e foi até a delegacia do bairro no último domingo (18). No boletim de ocorrência, a professora relatou punições, humilhações e agressões impos-



Casos de Sorocaba e do Cambuci, no centro de São Paulo vieram à tona

tas às crianças quando algo não acontecia como esperado pelos donos.

“Até em questão de xixi elas eram punidas, de ficar o dia inteiro com as necessidades na roupa, no caso da criança que fica sentada na caixa. Eram punidas por qualquer motivo”, disse a professora Anny Garcia Junqueira, que fez a denúncia.

Em um dos vídeos mostra um dos alunos sendo humilhado na frente dos colegas por escapar xixi na roupa.

Em outro, uma mulher, identificada como a dona da escola, grita para que uma menina de apenas 1 ano guarde os brinquedos.

“Fiquei horrorizada. Chorei, chorei e não podia acreditar que acontecia isso”,

diz a mãe da criança.

Ainda, depois da primeira denúncia, outras situações vieram à tona. De acordo com a SSP, três boletins de ocorrência sobre o caso foram registrados. O 6º Distrito Policial solicitou à Justiça a prisão temporária dos dois donos da instituição, assim como mandado de busca e apreensão.

O caso segue sob investigação por meio de inquérito policial instaurado. A polícia já realizou a oitiva de 14 pessoas, entre mães e professoras.

Ainda, em uma mensagem de áudio enviada aos pais, uma ex-professora relatou que o menino vomitou depois que foi forçado a comer toda a fruta da merenda.



Divulgação

Cerrar fileiras na defesa da unidade sindical, do sistema confederativo e da CLT

Às vésperas de uma nova tentativa de “Reforma Sindical”, agora “aproveitando” o estrago da dupla Temer/Bolsonaro na legislação trabalhista e previdenciária, na estrutura sindical e no sistema de proteção ao trabalhador (Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Justiça do Trabalho e Contribuição Sindical Compulsória), torna-se imprescindível uma discussão mais rigorosa sobre o significado da CLT, em particular do sistema de unidade sindical e confederativo no Brasil.

Com esse objetivo, fiz breves observações sobre o livro de autoria do camarada Nivaldo Santana (Secretário Nacional Sindical do PCdoB) e da camarada Guiomar Prates, 100 anos dos Comunistas no Movimento Sindical.

O livro, num momento de virada conjuntural, em nossa opinião, subestima o protagonismo da legislação trabalhista e da organização sindical (unidade, sistema confederativo e contribuição de toda a categoria) para o período de maior desenvolvimento do país, no fortalecimento do mercado interno. De 1930 a 1980, o PIB brasileiro foi o que mais cresceu no mundo. Na média, 7,5% ao ano.

A forte rede de proteção aos trabalhadores, construída nos governos trabalhistas de Getúlio, com uma revolução e um suicídio heroico que garantiu a posse dos seus sucessores, Juscelino Kubitschek e João Goulart, resistiu a 21 anos de ditadura e a três governos neoliberais.

No ascenso magnífico da classe operária, a partir do final da década de 70, que desembocou no desabamento da ditadura, não é possível subestimar o papel que cumpriu um fator subjetivo fundamental: a vitória na luta política e ideológica contra o trotskismo e as concepções de paralelismo e pluralismo sindical.

O fato é que as elites brasileiras, impregnadas de preconceitos, embasbacadas pelas modas norte-americanas e europeias, de tradição escravocrata, jamais engoliram nosso sistema trabalhista sindical. Assim, foi tecida, durante anos, uma ideologia “meia boca”, antitrabalhista, para uma campanha quase permanente, através do cartel das comunicações, com financiamento estrangeiro (Anampos) e apoio dos últimos governos neoliberais e fascistas.

Os pilares dessa concepção idealista são o sindicato “livre”, a negociação “direta” entre trabalhadores e patrões, o negociado “acima do legislado”, a “autorregulação” das relações trabalhistas, sem a presença do Estado.

Pensamento correspondente, no terreno da economia, ao neoliberalismo.

Se já é ruim em países desenvolvidos, imperia- listas, que extraem mais-valia extraordinária na periferia do mundo, o que se dirá para economias subordinadas aos cartéis estrangeiros financeiros e industriais que rapinam superlucros, como o Brasil. Nelas, é o Estado que pode ser uma barreira à ação dos monopólios.

A seguir, as observações ao texto do nosso Secretário. Espero que ajudem e nos possibilitem melhores condições de luta.

C.P

Leia a íntegra da Carta em <https://horadopovo.com.br/errar-fileiras-na-defesa-da-unidade-sindical-do-sistema-confederativo-e-da-clt/>

“Objetivo de um piso nacional é erradicar salários miseráveis”, afirma Conselho de Enfermagem

O Conselho Federal de Enfermagem divulgou uma nota afirmando que o voto do ministro Dias Toffoli, proferido na sessão do STF (Supremo Tribunal Federal) que analisa o Piso da Enfermagem, na madrugada de sexta-feira (23), “não prevalecerá”. Na retomada do julgamento, que vai até a próxima sexta-feira (30), Toffoli propôs a regionalização do piso da enfermagem para os profissionais do setor privado, abrindo uma terceira via na discussão sobre o tema no STF. Após o voto, o ministro Alexandre de Moraes seguiu o entendimento proposto por Toffoli.

“Entendemos que voto proferido nessa madrugada (23/6) pelo ministro Dias Toffoli, que propõe a fixação de pisos regionais, contraria o espírito da lei, ao priorizar a ‘liberdade econômica dos empregadores da saúde’, em detrimento da pactuação social que garantiu aos profissionais de Enfermagem um Piso Nacional”, afirma a entidade.

Na nota, o Cofen argumenta que o objetivo da Lei do Piso é justamente erradicar salários miseráveis, em todas as regiões do Brasil, e os valores pactuados já levam em conta a realidade econômica do Brasil.

“Conquistado com amplo apoio popular, o piso foi aprovado por unanimidade no Senado e, nas sucessivas votações do Congresso Nacional, sempre obtendo pelo menos 97% de apoio parlamentar. Confiamos nas instituições e no processo democrático, de modo que

acreditamos que tal voto, contrário ao intuito da lei 14.434/2022, não será partilhado pelos demais integrantes do STF”, afirma.

Na mesma sessão, o ministro Edson Fachin foi favorável à implementação integral do Piso da Enfermagem em todas as situações. “Diante das novas condições jurídicas postas, [voto para] revogar integralmente a decisão cautelar originalmente deferida, a fim de que todos os contratos da categoria de enfermeiros, técnicos de Enfermagem, auxiliares de Enfermagem e parteiras sejam implementados, respeitando-se o piso salarial nacional, na forma prevista na Lei 14.434/2022, e nos termos da Emenda Constitucional 127/2022 e da Lei 14.581/2023”, disse.

Para o Cofen e demais entidades que representam a categoria, “o Piso Salarial é uma conquista irreversível”. “Atuaremos de forma incansável para que não seja descaracterizado”.

Mobilizados na luta pela implementação do piso salarial, a categoria já decidiu por uma greve geral no próximo dia 29, com atos e protestos em todo o país.

Para o presidente da CNTS (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde), Valdirlei Castagna, o julgamento no STF tem sido “um ataque perverso contra a enfermagem brasileira. Não podemos permitir! A resposta da categoria tem que ser grande e nas ruas. Basta!”, disse.

Reprodução



Roberto Parizotti



Para Centrais Sindicais, “decisão do Copom é um desastre para a economia brasileira”

As Centrais Sindicais reagiram à decisão do Banco Central (BC), que manteve a taxa básica de juros em 13,75%, contrariando a vontade de todos os setores sociais do país, que clamam pela imediata queda dos juros.

Em nota, o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, disse que “a decisão do Copom (Comitê Política Econômica) é um desastre para a economia brasileira”. “Infelizmente, o Brasil continua com uma das maiores taxas de juros do mundo. O aperto monetário do Banco Central está asfixiando não só a atividade econômica e a indústria, mas também o consumo das famílias, a produção e a geração de novos postos de trabalho”, diz a nota da central.

Afirmando que o movimento sindical brasileiro quer que o Comitê de Política Monetária (Copom) reduza urgentemente a taxa básica de juros, a Força Sindical exorta que o BC, a quem o Copom é subordinado, “reduza urgentemente a taxa básica de juros”.

“Os trabalhadores cobram agilidade e reduções eficazes dos juros para facilitar o crescimento da economia e para reduzir a dívida pública, estimular a produção industrial – que se encontra estagnada –, aumentar o consumo e gerar empregos de qualidade”, afirma Miguel Torres.

Também em nota, a CUT (Central Única dos Traba-

lhadores) se manifestou, afirmando que “a autonomia do Banco Central e a manutenção de Roberto Campos Neto, um agente do então governo Bolsonaro, como presidente dessa instituição essencial à regulação macroeconômica, beneficiam a minoria de especuladores e rentistas, em prejuízo da classe trabalhadora, quem produz, comercializa, presta serviços, enfim, da maioria da população, que não aguenta as altas taxas de juros praticadas do Brasil”.

“Não há porque manter a taxa de juros nesse patamar elevado. A inflação está sob controle, a valorização do Real perante o dólar é uma realidade, o governo atua em todas as frentes para reconstruir o Brasil, mas o Banco Central tem agido como um poder à parte, na contramão da vontade da maioria da população e dos poderes constitucionais e das reais necessidades de um país em reconstrução”, prossegue a CUT.

“A CUT em unidade com as demais Centrais Sindicais foram para as portas do Banco Central, em capitais em todo o país, nesta quarta-feira (20), denunciaram os juros extorsivos e pressionar pela redução da taxa. Com a injustificável e inaceitável manutenção da Selic, a pressão agora será sobre o Senado, para que retire da presidência do Banco Central um homem que, deliberadamente, prejudica o Brasil, que faz oposição

ao governo a partir de uma instituição essencial para o crescimento econômico sustentável do país, com geração de emprego e renda”, diz a nota.

Para a UGT, “é um absurdo o Banco Central adotar políticas que travem o desenvolvimento do país, pois a taxa de juros em dois dígitos, desde fevereiro de 2022, vem trazendo graves consequências para o Brasil”.

A central afirma que “a população já não suporta mais a desculpa adotada para manter essa política pífia, que é o controle da inflação. Um pretexto injustificável diante dos indicadores econômicos que, há meses, apontam uma estagnação severa da economia com picos de deflação”.

“O brasileiro e a brasileira estão endividados, os (as) empresários (as) não estão investindo, lojas estão fechando com estoques cheios, mesmo assim o Banco Central insiste com essa política nefasta. E preciso dar um basta e rever essa condição imediatamente”, diz a UGT. Segundo o vice-presidente da CTB, Rene Vicente, “nós que defendemos um projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho e distribuição de renda visando combater essa brutal desigualdade no país, não podemos admitir uma taxa de juros que causa o desemprego e afoga a reindustrialização do país”.

HP



“Reverter ataques aos trabalhadores e ao movimento sindical é fundamental”

Em encontro com mais de 600 entidades sindicais, confederações, federações, sindicatos e centrais sindicais se reuniram, na quinta-feira (22), para debater propostas de mudanças e revogações dos ataques aos direitos trabalhistas praticados a partir da reforma trabalhista durante os governos Temer e Bolsonaro. As entidades também reforçaram a defesa do atual modelo de estrutura sindical baseado na unidade e sistema confederativo.

Entre as lideranças presentes, estiveram no encontro Idemar Antonio Martini, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fetiesc), Moacyr Auersvald, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Ronaldo Leite, secretário geral da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e Artur Bueno, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação a afins (CNTA).

O encontro esperava a presença do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que desmarcou poucas horas antes, o que frustrou parte dos dirigentes presentes. Nova reunião foi agendada para o dia 6 de julho, quando as entidades pretendem levar ainda mais presença, passando das mil organizações.

“Nós tínhamos marcado esse encontro com a presença do ministro do Trabalho e agora à tarde o ele propôs essa transferência para o dia 6. Lamentamos não poder ter o ministro hoje, mas decidimos manter o encontro para esse importante debate”, disse Martini, presidente da Fetiesc. “Em outras ocasiões também já tivemos o encontro desmarcado. Essa é terceira vez e, curiosamente, agora também nós não teremos esse privilégio, mesmo com a data marcada por ele, a hora marcada por ele”, ressaltou.

Pedro Uczai, deputado federal (PT-SC) e presidente da Frente Parlamentar da Participação Social, representando o ministro, se colocou à disposição para ajudar os trabalhadores e o movimento sindical a construir uma proposta de legislação que substitua a reforma trabalhista, devolvendo os direitos que foram solapados dos trabalhadores e fortalecendo o conjunto do movimento sindical.

“Quero, em nome da Frente Parlamentar que eu presido e do Congresso Nacional, reforçar que a luta, a mobilização do movimento sindical é uma condição fundamental para mudar a correlação de forças dentro do Congresso Nacional e alterar a legislação trabalhista e sindical do nosso país. Eu não preciso tecer críticas aqui do que foi a reforma trabalhista, do que foi a reforma na destruição dos direitos dos trabalhadores e a desestruturação do instrumento central dos trabalhadores, que são as organizações sindicais, como também a fragilização da Justiça do Trabalho. Todos nós temos clareza disso. Agora, é debater o que fazer, o que colocar no lugar”, disse.

RECUPERAR DIREITOS

As principais propostas debatidas pelo movimento sindical foram sintetizadas pelo Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS (TRT4), o Dr. Marcelo D’Ambrosio.

O desembargador ressaltou que as leis que estabeleceram a reforma trabalhista e a terceirização irrestrita foram extremamente regressivas e prejudiciais para o conjunto dos trabalhadores, para o Direito do Trabalho e na própria prestação dos serviços da Justiça do Trabalho. “Portanto, é urgente, é essencial rever a reforma”.

“A reforma trabalhista é um dos projetos plantados pelo Consenso de Washington, aliado com o consenso do Vale do Silício, que são gestados em Berlim, Frankfurt, em Washington, em Nova York. Ou seja, nos centros financeiros das grandes potências, e são exportados para o resto do mundo, e especialmente atingem potências menores, como pegou em Portugal, Espanha, Grécia, Itália, ou países periféricos, como é o caso do Brasil, de um capitalismo dependente. Todas essas reformas visam ao aumento da taxa de exploração do trabalho e a destruição de direitos econômicos, sociais e culturais, os direitos humanos do trabalho conquistados em séculos, a sangue, suor e

lágrimas pela classe trabalhadora. Então isto tem que ser revertido.”

“Já de princípio, parto dizendo que em todos estes países que eu citei, Espanha, Portugal, Grécia, Itália, suas reformas neoliberais nas legislações, não só trabalhista, como também a da Previdência Social – não podemos esquecer que houve uma deformação da Previdência Social importante, que também destruiu a proteção social devida pelo Estado à classe trabalhadora –, todos esses países reviram, se não a integralidade, pelo menos parte importante dessas deformações. Não há outro caminho. Nós temos que pedir a revogação, já. Essa deve ser a reivindicação maior”.

O desembargador ressaltou que, dentro desse debate, o movimento sindical elegeu tópicos principais, “que são os genes para se fazer a revisão”. A proposta é a revogação de pontos essenciais da reforma via Medida Provisória, explicou.

Entre os principais pontos apresentados estão: recompor o custeio sindical para garantir que as entidades possam voltar a canalizar a voz da classe trabalhadora; a revogação de tópicos reforma, como os artigos 619 (A e B) da CLT, relativos à prevalência do negociado sobre o legislado, revogação do trabalho temporário e do trabalho intermitente, extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores por aplicativo e a garantia de gratuidade para o trabalhador acessar a Justiça do Trabalho.

UNICIDADE SINDICAL

Sabino Pussanello, assessor da Fetiesc, também reforçou que entre os principais pontos do projeto está a revogação dos ataques aos direitos da reforma trabalhista e a manutenção da unidade sindical.

“Esse movimento não abre mão da unidade e da verticalização do movimento sindical”. “O segundo ponto é que o Estado brasileiro seja mais atento. Queremos fortalecer a Justiça do Trabalho. Terceiro é que o movimento sindical é fruto da luta histórica da classe trabalhadora e resultado da democracia política. Mais do que justo que o movimento sindical tenha agregados em seu eixo central o seu custeio, a sua manutenção e forma de sobrevivência econômica e financeira. Isso faz parte da democracia. Quarto, que o sindicato volte a ter o protagonismo que sempre teve com a fiscalização das rescisões contratuais”.

As propostas de mudanças nas estruturas sindicais que vêm sendo apresentadas por algumas centrais sindicais, e que excluem as federações das negociações coletivas, também foi criticada por Moacyr Auersvald, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST). “Não podemos aceitar a venda casada que está sendo defendida, onde o governo oferece algo em troca de deformar o movimento sindical. As centrais não podem ter superpoderes como se propõem, defendendo o movimento sindical”, afirmou.

PISO DA ENFERMAGEM

Solange Caetano, representando a Federação Nacional dos Enfermeiros, lembrou que a categoria prestou um serviço essencial durante a pandemia e que sofreu muito com a covid-19, mas que também “sofreu muito com a reforma trabalhista, que piorou nossas condições de trabalho na questão dos plantões. Esse debate da atividade meio [e fim] tem que voltar, a questão da homologação [das demissões] pelo movimento sindical, nos sindicatos, precisa ser refeita porque isso enfraquece nosso contato com os trabalhadores. Estamos na luta para dialogar com o Ministério do Trabalho para retomar os direitos dos trabalhadores e o protagonismo do movimento sindical”.

“Nós tivemos uma luta grande durante a pandemia pela aprovação do piso salarial da categoria e queremos aproveitar a presença desses sindicatos todos nessa reunião para conclamá-los a se somar na luta dos profissionais de enfermagem, porque o STF está tentando desqualificar a luta que travamos nesse período, inclusive vinculando a jornada desses profissionais a 44 horas semanais, que não é uma jornada praticada no Brasil. Nós praticamos 36 horas”, completou.



Casas e carros incendiados por vândalos

Supremacistas israelenses incendei­am casas palestinas com apoio do regime de Israel

Em ações terroristas articuladas, centenas de colonos judeus, que vivem em assentamentos construídos em terras assaltadas aos palestinos – uma sucessão de roubos de terras que tiveram início com a ocupação de 1967 – atacaram simultaneamente diversas aldeias palestinas, nos últimos dias.

No sábado, colonos fanáticos incendiaram plantações e colheitas na aldeia de Tuwane, ao sul da Cisjordânia.

Os vândalos estão vindo destes assentamentos e já invadiram as cidades de Luban a-Sharqiya, Huwara, Beit Furik, Burin, Urif, of Turmus Ayya, Sinjil, Um Safa, entre outras, para incendiar casas, carros, plantações e ainda uma escola e profanar uma mesquita.

Vídeo divulgado pela organização israelenses de defesa de direitos humanos, Yesh Din, mostra bairro em chamas devido a um destes ataques:

Os ataques fazem lembrar os pogroms que vitimavam os judeus da Rússia e outras nações da Europa Oriental, assim como o que desencadeou a perseguição massiva aos judeus alemães na razia que ficou na história como a “Noite dos Cristais”, pela destruição em massa de vitrines de lojas de judeus na Alemanha.

Além de ser a maior onda de terror já perpetrada por civis israelenses, o ataque teve o agravante de, na maioria dos lugares onde ocorreu, os soldados israelenses presentes terem ficado passivos ou, em alguns casos atirado nos palestinos que foram em massa e desarmados às ruas para defender as cidades atacadas e vandalizadas.

INCITAÇÃO MINISTERIAL

Mais grave ainda foi a reação de dois dos ministros israelenses, exigindo uma intervenção militar mais agressiva ainda. Pegando o exemplo das chacinas israelenses contra a população da Faixa de Gaza, clamou por repetir a barbárie na Cisjordânia

“É hora de retornarmos aos assassinatos a alvos atacados pelo ar, de deixarmos prédios no chão, de erigir mais postos policiais nas estradas, de modo a expulsar terroristas e, finalmente, aprovar a lei determinando a pena de morte, a lei contra o terrorismo”, disse o ministro da Segurança Nacional, Ben Gvir, para quem os “terroristas” não são os vândalos fanáticos que habitam os assentamentos judaicos em terras assaltadas aos palestinos, mas os que resistem ao roubo de suas terras, às prisões em massa, às razias militares noturnas e à permanente humilhação nos postos policiais-militares israelenses estabelecidos às dezenas por todo o território palestino.

O outro ministro, virulentamente supremacista, Bezalel Smotrich, que acumula a pasta das Finanças e a Coordenadoria das Atividades de Governo nos Territórios [palestinos], chamou as forças israelenses a “bater nas cidades palestinas com tanques e helicópteros, sem dó, de tal forma que comunique que o dono da casa [judeus israelenses] enlouqueceu”.

“Chegou a hora de mudar das pequenas operações para uma campanha de amplitude”, acrescentou.

Ghassan Daghlas, funcionário da cidade árabe de Nablus, perto da qual ocorreram as razias dos colonos israelenses, disse que, na região, cerca de 40 palestinos ficaram feridos, um morreu e 140 carros foram incendiados, além de uma ambulância.

Alguns dos palestinos ficaram feridos quando saíram às ruas de suas cidades para defendê-las e foram atacados a tiros pelos vândalos. Foi o que aconteceu nas cidades Sinjil, ao norte de Ramallah e em Um Safa.

Na cidade de Turmus Ayya também houve resistência da população palestina, mas foi impossível evitar as depredações perpetradas por 400 vândalos que partiram de assentamento judaico. Segundo o prefeiro Lafi Adeeb cerca de 60 carros foram incendiados na cidade e 30 casas foram incendiadas parcial ou totalmente.

Nesta, que foi uma das cidades mais duramente atacadas, as forças armadas intervieram para agredir os palestinos que resistiam a incursão dos vândalos. No confronto, o jovem Omar Ketin, de 27 anos, foi morto por uma bala.

Amigos de Ketin, um eletricitista que trabalhava para a Prefeitura local, pai de suas meninas pequenas, o descreveram como pacífico e muito trabalhador. Ele estava no local da agressão quando foi atingido mortalmente.

Um jornalista palestino foi atingido no rosto por uma pedra arremessada por um invasor.

Vídeos mostram as chamas tomando conta de bairros inteiros.

Um garoto de 12 anos foi atacado a murros enquanto lhe apontavam uma arma, quando retornava a sua casa de bicicleta na cidade de Luban a-Sharqiya.

HAWARA: POGROM REPETIDO

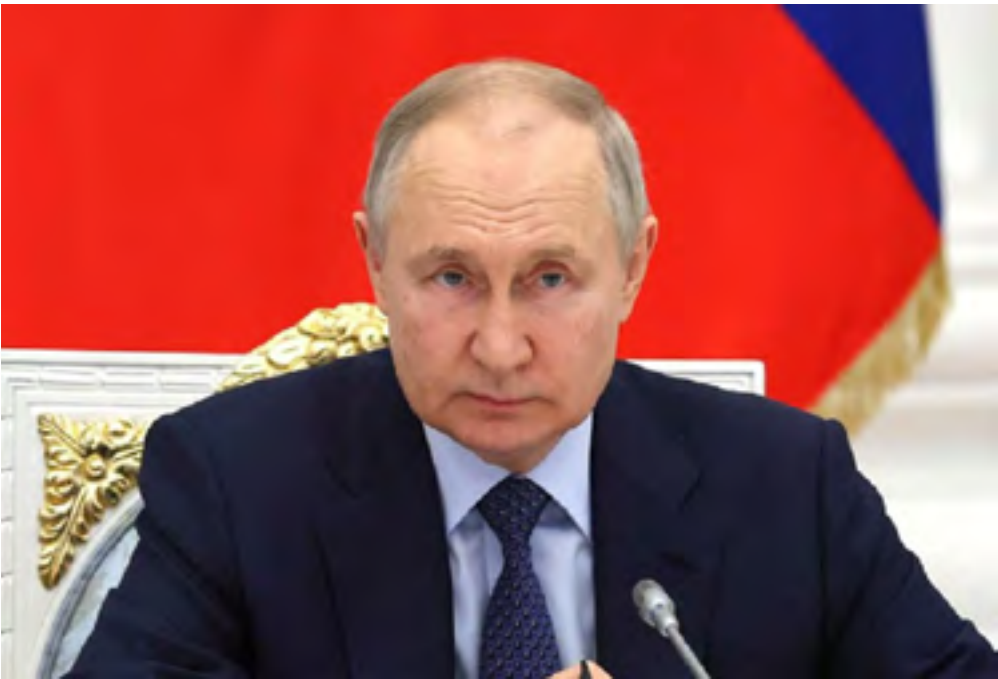
A cidade de Hawara, que foi palco de uma outra depredação no início do ano – quando cerca de 400 moradores ficaram feridos e um palestino morreu no ataque – voltou a ser atacada com a malta incendiando carros e danificando propriedades palestinas.

A exacerbação das tensões – desde que o governo mais abertamente supremacista assumiu em Israel – fez com que 163 palestinos tenham perdido a vida desde o início do ano, enquanto que 24 israelenses morreram em confrontos militares com palestinos ou por ações armadas palestinas, como aconteceu nesta semana em que dois palestinos mataram quatro ocupantes de assentamentos judaicos, o que serviu de senha para a barbárie dos últimos dias.

Na cidade de Urif, os colonos profanaram uma mesquita, um deles é visto em um vídeo rasgando as páginas do livro muçulmano sagrado, o Alcorão, diante da mesquita profanada.

“O assalto pelos colonos continua sem nenhum esforço do exército para detê-los”, declarou, em carta aberta, a organização israelense defensora de direitos humanos, Yesh Din. “Os chocantes vídeos demonstram que o único propósito dos colonos é incitar um levante para cometer mais pogroms organizados”.

“Lutamos pela vida do nosso povo contra agressão nazista”, diz Putin



Luta contra as forças nazistas de Kiev exige a união de todos, diz Putin

PC da Rússia apoia Putin e conclama à unidade do povo em defesa Pátria

O presidente do Partido Comunista da Federação Russa, Gennady Zyuganov destacou que apoia totalmente o apelo do presidente Vladimir Putin chamando todos os russos a “se unirem o máximo possível neste momento terrível e de responsabilidade”

Zyuganov exemplificou com a histórica vitória na Grande Guerra Pátria contra o nazismo (1941 a 1945): “Na época havia cossacos, padres e kulaks ofendidos, mas todos se levantaram e defenderam seu país”

Portanto, junto com o Presidente, apelo a todas as forças populares patrióticas de esquerda: precisamos nos unir o máximo possível e apoiar os jovens que lutam por nossa Pátria, libertando a Ucrânia dos nazistas, de Bandera e dos fascistas, afirma ainda o líder do PC da Rússia.

Dada a importância do pronunciamento de Gennady Zyuganov, o publicamos na íntegra:

“Ouvi atentamente o discurso do Presidente e apoio totalmente seu apelo para unir-se o máximo possível neste momento terrível e de responsabilidade.

Existem todos os tipos de mal-entendidos entre as pessoas, mas chega um momento na história de qualquer Estado e cidadão em que você precisa descartar todas as suas ambições, pretensões e



“Hora de unidade de todas forças patrióticas”

defender a Pátria, como a defendemos em 1941-45. Mesmo assim, na época havia cossacos, padres e kulaks ofendidos, mas todos se levantaram e defenderam seu país.

Todos na minha família lutaram. Portanto, junto com o Presidente, apelo a todas as forças populares patrióticas de esquerda: precisamos nos unir o máximo possível e apoiar os jovens que lutam por nossa Pátria, libertando a Ucrânia dos nazistas, de Bandera e dos fascistas.

Aqueles que agora partiram para esta provocação serão responsabilizados. O sistema de aplicação da lei deve funcionar de forma mais eficiente, mais concreta e mais dura. Mas é importante entendermos que por trás disso estão os serviços de inteligência estrangeiros e a quinta coluna, que, em vez de mobilizar a sociedade, continua roubando dinheiro ou outra coisa do país.

Nós, os comunistas, preparamos um verdadeiro programa de assistência aos soldados da Operação Militar Especial. Só nos últimos 20 dias foram enviados quatro comboios – 500 toneladas. Apoiamos nossos jovens regularmente, inclusive àqueles que nos procuram para tratamento e estudo. Quase 13.000 foram aceitos recentemente.

A nossa tarefa agora é fazer de tudo para deter aqueles que, apesar da difícil situação do país, partiram para a provocação. Eu me dirijo diretamente aos soldados, comandantes e guerreiros que foram arrestados para este conflito. Devemos fazer de tudo para lutar contra o nazismo e o fascismo. E colaborar com os americanos, os anglo-saxões e os inimigos da Rússia é a última coisa.

Vamos parar com essa provocação e fazer de tudo pela vitória total e pela derrota completa e final dos neofascistas”.

Lukashenko anunciou acordo em que o grupo Wagner parou com motim

O presidente da Bielorrússia, Alexander Lukashenko, anunciou um acordo pelo qual o Grupo Wagner, aceitou uma proposta sua de interromper o movimento de seus homens armados na Rússia, além da tomada de outras medidas para diminuir as tensões, comunicou o serviço de imprensa do líder bielorrusso, na tarde do sábado, dia 24.

“Para desenvolver acordos, o presidente de Belarus, após esclarecer ainda mais a situação por meio de seus próprios canais disponíveis, manteve conversas com Yevgeny Prigozhin, chefe do grupo Wagner”, conversas que foram acompanhadas por Vladimir Putin e que duraram um dia inteiro.

Como resultado, as partes chegaram a um acordo sobre a “inadmissibilidade de desencadear um banho de sangue no território da Rússia. Yevgeny Prigozhin aceitou a proposta de Aleksandr Lukashenko, de interromper o movimento de homens armados do Gru-



Tropa do grupo Wagner concorda voltar a acampamentos po Wagner”.

“Viramos nossas colunas e retornamos aos acampamentos de acordo com o plano”, confirmou Prigozhin.

A declaração do serviço de imprensa sublinha ainda que está na mesa “uma opção aceitável de resolver a situação, com garantias de segurança para os membros da empresa militar privada Wagner”.

O conflito entre o Ministério da Defesa da Rússia e o chefe do gru-

Presidente russo denuncia nazistas ucranianos e “seus patrões que usam toda a máquina militar, econômica e informacional do Ocidente” dirigida contra o país e repudia o amotinado chefe do Grupo Wagner, Prigozhin

“Hoje a Rússia está conduzindo uma luta difícilima pelo seu futuro, repelindo a agressão dos neonazistas e seus patrões. Basicamente toda a máquina militar, econômica e informacional do Ocidente foi dirigida contra nós. Lutamos pela vida e segurança do nosso povo, pela nossa soberania e independência. Pelo direito de ser e continuar sendo a Rússia – um Estado com uma história milenar”, afirmou neste sábado (24) o presidente Vladimir Putin se dirigindo aos cidadãos do país, aos serviços de segurança e ao Exército após uma tentativa de sedição armada, conduzida por Yevgeny Prigozhin, chefe do ajuntamento de mercenários conhecido como Grupo Wagner.

“Esta batalha, quando o destino do povo está sendo decidido, requer a unidade de todas as forças, união, consolidação e responsabilidade. Quando tudo o que nos enfraquece deve ser posto de lado, qualquer briga que nossos inimigos externos possam usar para nos minar por dentro. E por isso, as ações que dividem nossa unidade são, de fato, apostasia de nosso povo, dos companheiros de armas que agora estão lutando na frente. Isto é uma facada nas costas do nosso país e do nosso povo”, apontou.

“Tal golpe foi desferido contra a Rússia em 1917, quando o país estava na Primeira Guerra Mundial. Mas a vitória foi lhe roubada. Intrigas, disputas, politicagem nas costas do Exército e do povo acabaram sendo o maior abalo, a destruição do Exército e a desintegração do Estado, a perda de enormes territórios. Finalmente – a tragédia da guerra civil”, analisou.

“Na qualidade de presidente da Rússia e comandante-em-chefe, como cidadão da Rússia, farei tudo o que estiver ao meu alcance para defender o país, para proteger a ordem constitucional, a vida, a segurança e a liberdade dos cidadãos. Todos aqueles que organizaram e prepararam o motim militar, que levantaram armas contra seus

companheiros de armas, traíram a Rússia, e eles serão responsabilizados por isso”, asseverou.

ACONTECIMENTOS DE 1917

Portanto, tanto Putin está plenamente correto quanto à necessidade de unir o país contra a agressão nazista – da qual a Ucrânia se transformou em peão – e contra uma aliança imperialista que junta EUA, Alemanha, França e Inglaterra e que coloca em risco a própria existência da Rússia unida e independente.

Neste sentido, é necessário observar que há um equívoco manifestado em trecho – diga-se de passagem, secundário – no discurso de Putin pela unidade nacional. É aquele em que deixa em dúvida o papel dos comunistas bolcheviques durante a Primeira Guerra Mundial, quando a aliança czarista com forças estrangeiras em uma guerra inter-imperialista destruiu a Rússia, como denunciou Lênin, e a vitória da Revolução Socialista com o apeamento do decrepito, autoritário e corrupto regime do czar Nicolau, foi o que permitiu trazer a paz aos russos e demais povos que formaram da grande unidade da URSS.

A questão de 1917 é totalmente diversa das guerras travadas contra agressões de cunho nazista tanto em 1941 quanto agora.

Aliás, foi a unidade possível de ser forjada com a ação revolucionária anti-czarista e na construção do socialismo, que a esta ação se seguiu, que permitiu a formação da grande força patriótica capaz de derrotar a invasão nazista iniciada em 1941 e a vitória sobre ela em 1945.

Deixamos aqui nossa opinião de que lançar dúvidas sobre o papel dos bolcheviques na construção do patriotismo ensinado pela URSS, em 1917, não ajuda à unidade sem tergiversações que se faz necessário forjar neste momento, como reconhece o próprio Putin em seu o chamado à unidade como o caminho e o grande desafio na luta travada pelo povo russo contra a agressão nazista.

Professores uruguaios param contra cortes do governo de Lacalle Pou na Educação

Milhares de professores, estudantes e sindicalistas realizaram nesta quarta-feira (22) uma greve de 24 horas que incluiu uma manifestação na principal avenida de Montevideu contra a política educacional do governo.

As atividades integram a luta que os sindicatos mantêm contra medidas do presidente uruguaio Luis Lacalle Pou, que incluem um corte no orçamento público voltado para a educação.

Com a paralisação convocada pela Coordenadoria dos Sindicatos da Educação do Uruguai (CSEU) com o apoio do movimento estudantil, os professores exigem que, na proposta de Orçamento do Estado deste ano, se destine 6% do PIB para a Administração Nacional de Educação Pública (ANEP) e para a Universidade da República (UdelaR), bem como 1% do PIB para pesquisa e investigação, informa no seu portal a central PIT-CNT (Plenário Intersindical dos Trabalhadores – Convenção Nacional dos Trabalhadores).

Sergio Sommarenga, dirigente do Sindicato

Nacional dos Trabalhadores do Ensino Privado (Sintep), afirmou que no país «há uma crise de desigualdade e de direito», destacou a grande adesão à greve dos docentes de todos os níveis de ensino e criticou as políticas governamentais que visam cortar na despesa pública.

“O governo vangloria-se de reduzir o déficit fiscal, mas o déficit mais importante a solucionar é o da pobreza infantil e o direito de todos à educação nas melhores condições», frisou.

CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

A CSEU manifestou-se ainda contra a privatização e a mercantilização da Educação pública, por melhores salários, em defesa de vagas suficientes para cada instituição e de verbas para a manutenção das infra-estruturas educativas.

Emiliano Mandancen, secretário-geral da Federação Nacional dos Professores do Ensino Secundário (Fenapes), em coletiva de imprensa no início da mobilização, afirmou que existe «pouca seriedade, falta de perspectiva e análise no governo» de Lacalle Pou.



Roteiristas e outras categorias ligadas ao setor tomaram as ruas de Los Angeles

Escritores e roteiristas vão às ruas de Los Angeles pela recuperação dos salários

Cerca de cinco mil escritores e roteiristas de cinema e televisão tomaram as ruas de Los Angeles, nos Estados Unidos, quarta-feira (21), para exigir aumento salarial e melhores condições de trabalho. Nas faixas e cartazes, os manifestantes também estamparam a preocupação com o destino da empobrecida vida cultural, cada vez mais dirigida pelas multibilionárias empresas de entretenimento, como Disney, Fox, Amazon, Netflix e Sony.

Por mais de 50 dias, quase dez mil roteiristas da WGA estão em greve contra a Aliança de Produtores de Cinema e Televisão (AMPTP), representante destas megaempresas que estão tentando eliminar a maioria dos trabalhadores em tempo integral e transformar a profissão em meio período ou “trabalho temporário”.

Não houve qualquer negociação desde o início da paralisação e, aproveitando-se da frágil legislação sindical existente, os donos das empresas estão tentando burlar qualquer conquista ao fazer “acordos” com entidades de apaniguados.

O ator, produtor e diretor Johnny Ray Gill disse que se somou aos roteiristas porque é inaceitável que os trabalhadores da indústria cultural sejam obrigados a paralisar para fazer com que “os bilionários e acumuladores de riqueza” repassem migalhas. “Joe Biden impediu que os ferroviários entrassem em greve e ninguém nunca fala sobre isso. Se temos uma mídia que não educa as pessoas sobre o que está acontecendo em suas próprias comunidades, como podemos revidar?”, questionou.

Johnny disse que estava lendo um livro de Howard Zinn sobre a Grande Depressão e que recorda as pessoas cultivando laranjas, quando vieram guardas armados e bloquearam o acesso às árvores para que não pudessem conseguir ter acesso à comida. “A riqueza está nas mãos de algumas poucas corporações selecionadas. Portanto, temos os recursos para resolver esses problemas, sejam para os sem-teto ou para os cuidados da saúde, o que falta é prioridade”, acrescentou.

Reprodução



Dona do Facebook e Instagram resiste a pagar por conteúdo jornalístico veiculado

A iminente extradição de Julian Assange ameaça o jornalismo e os direitos humanos

O fundador da plataforma WikiLeaks, Julian Assange, preso desde 2019 em Londres, e que teve a extradição para os EUA autorizada pelo governo britânico na sexta-feira (17), enfrenta 18 acusações sob a Lei de Espionagem dos EUA por publicar informações confidenciais.

Assange vem sendo punido pelos sucessivos governos estadunidenses por ter divulgado, a partir de 2010, centenas de milhares de arquivos do Pentágono comprovando os crimes de guerra dos EUA no Afeganistão, no Iraque – inclusive o assassinato de dois jornalistas da Reuters em Bagdá –, e no campo de concentração e tortura de Guantánamo.

“A única possibilidade de bloquear uma extradição, se o recurso final for rejeitado, viria do Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH). O braço parlamentar do Conselho da Europa, que criou o TEDH, junto com seu Comissário de Direitos Humanos, vir a se opor à “prisão, extradição e processo judicial” de Julian porque representa “um precedente perigoso para os jornalistas”, afirma Chris Hedges, jornalista dos Estados Unidos, em artigo publicado no domingo (18) em diversos portais sob o título original de “A iminente extradição de Julian Assange e a morte do jornalismo”, onde detalha e analisa a obra de Assange e a ilegalidade de sua prisão.

“Julian Assange pode em breve ser condenado à prisão perpétua nos EUA por praticar jornalismo, mas ele não será o único”, adverte Hedges.

A seguir o artigo:

CHRIS HEDGES*

Para Julian Assange, as opções legais estão praticamente esgotadas e ele pode ser extraditado para os Estados Unidos a qualquer momento. Se condenado naquele país, qualquer reportagem sobre o funcionamento interno do poder se tornará crime.

O juiz da Suprema Corte Jonathan Swift – que já trabalhou para várias agências do governo britânico como advogado e disse que seus clientes favoritos são ‘as agências de segurança e inteligência’ – rejeitou na semana passada dois pedidos dos advogados de Julian Assange para contestar sua extradição. A ordem de extradição foi assinada em junho do ano passado pela ministra do Interior, Priti Patel. A equipe jurídica de Julian entrou com um pedido de apelação final, a última opção disponível nos tribunais do Reino Unido. Se aceito, o caso poderá seguir para uma audiência pública perante dois novos juizes da Suprema Corte. Se rejeitado, Julian pode ser imediatamente extraditado para os Estados Unidos, onde será julgado por 18 acusações de violação da Lei de Espionagem, acusações pelas quais pode ser condenado a 175 anos ainda esta semana.

A única possibilidade de bloquear uma extradição, se o recurso final for rejeitado, como presumo que acontecerá, viria do Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH). O braço parlamentar do Conselho da



Tribunais ingleses negam-se a atender manifestações pela liberdade de Assange por todo o planeta (Vídeo)

Europa, que criou o TEDH, junto com seu Comissário de Direitos Humanos, se opõe à “prisão, extradição e processo judicial” de Julian porque representa “um precedente perigoso para os jornalistas”. Não está claro se o governo do Reino Unido acataria a decisão do tribunal – embora seja obrigado a fazê-lo – se decidir contra a extradição, ou se o Reino Unido extraditaria Julian antes que uma apelação pudesse ser feita no tribunal. Uma vez enviado para os Estados Unidos, Assange seria julgado no Tribunal Distrital Leste da Virgínia, onde o governo dos EUA ganhou a maioria dos casos de espionagem.

A juíza do Tribunal de Magistrados de Westminster, Vanessa Baraitser, recusou-se a conceder o pedido de extradição de janeiro de 2021 do governo dos EUA devido à gravidade das condições que Julian suportaria no sistema prisional dos EUA.

Diante das condições de quase isolamento sem os fatores de proteção que limitaram seu risco na prisão inglesa de Belmarsh, estou convencida de que os procedimentos delineados pelos EUA não impedirão o Sr. Assange de encontrar uma maneira de cometer suicídio”, disse Baraitser ao entregar sua sentença de 132 páginas, “e por esta razão decidi que a extradição seria vergonhosa por causa de dano mental e ordeno sua libertação”.

A decisão de Baraitser foi anulada na sequência de um recurso das autoridades norte-americanas. O Supremo Tribunal aceitou as conclusões do tribunal de primeira instância sobre o aumento do risco de suicídio e as condições desumanas da prisão. Mas também aceitou quatro garantias da Nota Diplomática dos EUA no. 74, entregue à Justiça em fevereiro de 2021, prometendo que Julian seria bem tratado. O governo dos Estados Unidos alegou que suas garantias “respondem plenamente às preocupações que levaram o juiz [do tribunal de primeira instância] a libertar o Sr. Assange”. As “garantias” afirmam que Assange não será submetido a Medidas Administrativas Especiais (SAMs). Eles prometem que, como cidadão australiano, ele poderá cumprir sua pena na Austrália se o governo desse país solicitar

sua extradição. Prometem que receberá atendimento clínico e psicológico adequado. Prometem que, antes e depois do julgamento, Julian não ficará confinado no Centro de Internação de Segurança Máxima (ADX, por sua sigla em inglês) de Florence, Colorado. Ninguém é retido antes do julgamento no ADX Florence. Mas parece perturbador citar ADX Florence não é a única prisão de segurança máxima nos EUA. Assange pode ser recluso em qualquer uma das outras instalações semelhantes a Guantánamo em uma Unidade de Gerenciamento de Comunicações (CMU por sua sigla em inglês). As CMUs são unidades altamente restritivas que reproduzem o isolamento quase total imposto pelas SAMs.

Nenhuma dessas “garantias” vale nem o papel em que foram escritas. Todas vêm com cláusulas de exceção. Nenhuma é juridicamente vinculativa. Se depois de oferecer essas garantias, Julian fizer “qualquer coisa que cumpra os requisitos para imposição de SAM ou a designação de ADX”, ele estará sujeito a essas formas mais severas de controle, admitiu o tribunal.

Se a Austrália não solicitasse a transferência, “isso não poderia ser motivo para criticar os EUA, nem para considerar que as garantias são inadequadas para satisfazer as preocupações da juíza”, diz a sentença. E mesmo que não o fizesse, Julian levaria de 10 a 15 anos para recorrer de sua sentença à Suprema Corte dos Estados Unidos, tempo mais do que suficiente para destruí-lo psicologicamente e fisicamente.

O avião que espera para levar Assange aos Estados Unidos estará, sem dúvida, bem abastecido com vendas para os olhos, sedativos, algemas, enemas, fraldas e macacões usados para facilitar as “entregas extraordinárias” realizadas pela CIA.

A extradição de Julian será o próximo passo na execução em câmera lenta do editor e fundador do WikiLeaks e um dos jornalistas mais importantes de nossa geração.

*Chris Hedges é um jornalista norte-americano, vencedor do Prêmio Pulitzer.

Leia a íntegra no site do HP

Os parlamentares canadenses afirmam que “a lei Online News Act é uma vitória para imprensa que vem enfrentando o cartel da publicidade online”

O Parlamento canadense aprovou na quinta-feira (22) uma lei que exige das big techs que remunerem os meios de comunicação nacionais pela veiculação dos artigos nas plataformas.

A nova legislação é a mais recente tentativa de disciplinar a ação de gigantes empresas como a Meta (dona de Facebook, Instagram e WhatsApp) e a Alphabet (controladora do Google) para que paguem pelas notícias que compartilham em suas plataformas, algo que essas firmas têm se negado reiteradamente a fazer.

A lei Online News Act foi concebida depois que uma legislação com teor semelhante foi aprovada na Austrália há dois anos estabelecendo que a remuneração dos conteúdos jornalísticos seja feita a partir de negociação direta entre os veículos de mídia e as plataformas. A regra australiana garante também um mecanismo de arbitragem por parte do governo para quando não houver acordo entre as partes.

O ministro do patrimônio canadense no governo do primeiro-ministro Justin Trudeau defendeu a aprovação da nova lei para que a informação flua, apontando que “uma imprensa forte, independente e livre é fundamental para a nossa democracia”. Segundo Trudeau, em um quadro de incertezas, “o Online News Act ajudará a garantir que os gigantes da tecnologia negociem acordos justos e equitativos com as agências de notícias”.

O objetivo, assinalaram os congressistas canadenses, é “melhorar a justiça no mercado de notícias digitais e contribuir para sua sustentabilidade”. Conforme sustentaram os parlamentares, a legislação representa uma vitória para os jornais e agências de notícias que buscam compensar a queda nas receitas devido à ação do cartel que controla o seletivo grupo do mercado de publicidade online.

A associação News Media Canada vibrou com a aprovação do projeto, apontado como um primeiro passo

para pôr fim ao profundo desequilíbrio existente entre jornalistas e plataformas digitais. “O jornalismo real, criado por jornalistas reais, continua a ser exigido pelos canadenses e é vital para nossa democracia, mas custa dinheiro real”, declarou Paul Deegan, presidente da entidade.

Diante dos sucessivos atropelos, a Gannet, maior rede de jornais do Canadá, havia entrado com uma ação contra o Google, acusado de “abusar ilegalmente de seu monopólio sobre a tecnologia usada pelos editores para comprar e vender anúncios online”.

Conforme foi denunciado a Meta chegou a chantagear os parlamentares canadenses alegando que, caso a legislação fosse aprovada, deixaria de disponibilizar notícias em suas plataformas no país. “Compartilhamos repetidamente que, para cumprir o Projeto de Lei aprovado no Parlamento, o conteúdo dos meios de comunicação, incluindo editores e emissoras de notícias, não estará mais disponível para pessoas que acessam nossas plataformas no Canadá”, comunicou a Meta.

Para a porta-voz do Google, Jenn Crider, a nova regra é “impraticável” pois traz um “subsídio ilimitado para a mídia canadense”, propondo “soluções ponderadas e pragmáticas” a fim de adaptar a lei aos seus interesses. “Até agora, nenhuma de nossas preocupações foi abordada”, disse Crider, se recusando a fazer mais comentários.

Na União Europeia, diferentes países têm tentado aplicar a diretiva de direitos autorais adotada pelo bloco em 2019 para fazer com que as plataformas compensem jornais e agências de notícias pelo conteúdo veiculado.

Nos EUA, o Departamento de Justiça junto com um grupo de oito Estados processaram o Google em janeiro, acusando o gigante de abusar ilegalmente de seu monopólio sobre a tecnologia, que alimenta a publicidade online. Este foi o primeiro processo antitruste do departamento contra uma big tech no governo de Biden.

China rechaça “provocação aberta” de Biden ao presidente Xi Jinping

A porta-voz da chancelaria chinesa, Mao Ning, rechaçou na quarta-feira (21) como “extremamente absurdos e irresponsáveis” os comentários do chefe da Casa Branca, Joe Biden, em um evento de arrecadação de fundos para campanha ocorrido na véspera na Califórnia, em que este, do nada, chamou o presidente Xi Jinping de “ditador”. Uma “provocação política aberta” que viola a etiqueta diplomática e a dignidade da China, reiterou Mao, acrescentando ainda que “contradiz os fatos”.

A provocação foi devidamente postada no site oficial da Casa Branca, embora quatro dias antes Biden houvesse encerrado um discurso com um bizarro “Deus Salve a rainha, cara”. Sua declaração de “ditador” aconteceu menos de 24 horas após a viagem de seu secretário de Estado, Antony Blinken, aliás, realizada por insistência de Washington.

Após discussões com o chanceler Qíng Gang, consideradas como “sinceras e produtivas”, Blinken acabou sendo recebido pelo presidente Xi, o que apontava para um avanço no que era a primeira visita à China de um secretário de Estado norte-americano em cinco anos. Também houve a aceitação, por Pequim, do convite ao chanceler chinês para uma visita oficial a Washington.

O que, como observou

o portal Moon of Alabama, sugeria que os dois lados tinham encontrado “um terreno comum – particularmente a necessidade de laços mais estáveis e de reduzir o risco de conflito militar”. Então, em apenas 24 horas, “o presidente Biden estragou tudo”.

Diante dos rubricadores de cheques de campanha, Biden se esbaldara e, depois de se gabar de ter “derrubado aquele balão com dois vagões cheios de equipamento de espionagem”, chamou o presidente Xi de “ditador” que “não sabia que [o balão] estava lá”. Disse também que Xi “ficou envergonhado” e “negou que estivesse lá”.

Biden ainda se meteu a dar preleções sobre a economia da China, país que, na avaliação do FMI, crescerá três vezes mais que os EUA em 2023. Aos doadores de campanha, Biden disse que “a China tem dificuldades econômicas reais”. “O ponto muito importante é que ele está em uma situação agora em que deseja ter um relacionamento novamente. Tony Blinken acabou de ir até lá – nosso secretário de Estado fez um bom trabalho. E vai demorar”.

Ainda nessa arrecadação de fundos, Biden asseverou que “ele [Xi] me ligou” para “não reunir o Quad” porque “o colocaria em apuros”.

Matéria completa no site do HP



Treinamento racista de tiro (Reprodução)

Polícia da Geórgia utiliza fotos de homens negros em exercícios de tiro ao alvo

A polícia da cidade de Villa Rica, no Estado da Geórgia, nos Estados Unidos, postou fotos em sua página no Facebook mostrando cidadãos brancos usando a imagem de um homem negro como alvo durante uma aula de segurança com armas de fogo.

De acordo com relatos da NBC News, imagens de um homem negro em tamanho real usando um gorro e apontando uma arma foram postadas no Facebook. Além disso, também foi compartilhado um vídeo em que cidadãos brancos no Departamento de Polícia da cidade atiravam contra o alvo que era a imagem do homem negro.

Depois da indignação expressada pela comunidade por essa ação, as fotos foram removidas da página do Facebook, mas capturas da tela foram compartilhadas e criticadas nas redes sociais.

A Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor (NAACP sigla em inglês) do Condado de Carroll, onde fica Villa Rica, emitiu

uma carta aberta ao chefe do departamento chamando o alvo de “extremamente ofensivo”. A organização também solicitou uma reunião com os líderes da cidade para discutir o incidente.

“Esses tipos de alvos foram usados por outros departamentos de polícia nos EUA e foram considerados racialmente inapropriados e inaceitáveis, apesar de que pouco foi feito contra essa situação além de declarações”, afirmou o presidente da NAACP do condado de Carroll, Dominique Conteh. O chefe de polícia de Villa Rica, Michael Mansour, que tentou amenizar o problema dizendo que o departamento também usou outros alvos retratando pessoas brancas e asiáticas, declarou que planeja se encontrar com Conteh na próxima semana para discutir essa questão.

O prefeito Gil McDougall disse que estava “pessoalmente constrangido” com o incidente e ordenou uma investigação.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Aluísio Azevedo, o romance nacional e a fossa da escravidão - (parte 3)

Continuação da edição anterior

Aluísio Azevedo escreveu um romance nacional. Aliás, não somente O Cortiço, mas também Casa de Pensão e O Mulato são representações do Brasil. Mas nenhuma tão elevada quanto O Cortiço

CARLOS LOPES

Alguns (inclusive Antonio Candido) apontam **L’Assommoir**, de Émile Zola, como matriz de **O Cortiço**. Mas a comparação é superficial, tanto em relação ao cortiço, quanto a seus personagens – inclusive aqueles, como Miranda, Zulmira e a adulterina Estela, que não fazem parte do cortiço, exceto pela vizinhança –, quanto, antes de tudo, pela temática da escravidão e do racismo, que, mais uma vez, foi o tema de fundo de Aluísio Azevedo, tornando-o uma obra intensamente brasileira.

Nesse sentido – que é aquele que importa – Aluísio foi muito mais além do que Zola, não tanto em função das qualidades de um ou outro escritor, mas pela própria situação, que permitiu ao brasileiro fazer um romance nacional, um romance que expressa a sua nação, mas não permitiu o mesmo ao francês.

É interessante que, apesar disso, os críticos da época não tenham demonstrado, com uma exceção, interesse pela obra de Aluísio Azevedo.

José Veríssimo nota que o ano de **O Mulato** foi o mesmo das **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, o primeiro livro da segunda fase de Machado de Assis.

Mas ele parece ignorar os livros mais importantes de Aluísio Azevedo. Ao invés disso, concentra-se em atacar **O Livro de uma Sogra** (1895), o último romance de Aluísio. Trata-se de um livro ruim, porém, mesmo assim, há conclusões de Veríssimo que são dificilmente sustentáveis:

“O Sr. Aluísio Azevedo é, sobretudo, o que se chama um intelectual, um cerebral; toda a sua psicologia é falseada pela sua exclusividade e, deixe-me dizer-lhe, perigosa preocupação intelectual e, o que é pior, literária, e como todos os seus congêneres, esquece dois elementos primordiais na questão: — o moral e o social” (cf. José Veríssimo, **Estudos de Literatura Brasileira**, primeira série, Garnier, 1901, Rio, pp. 49-50, ortografia atualizada por nós).

Silvio Romero fez apenas alguns breves apontamentos (um deles em um livro sobre o naturalismo!), embora elogiosos:

“Aluísio, com a **Casa de Pensão** e **O Cortiço**, para não falar n’ **O Mulato**, **O Coruja** e **O Homem**, fez os dois livros mais verdadeiramente realistas de toda a literatura pátria” (cf. Silvio Romero, **O Naturalismo em Literatura**, Tipografia da Província de São Paulo, 1882, p. 74, ortografia atualizada por nós).

E, num livro posterior, aliás, mais famoso:

“Quem já se lembrou de afirmar, *exempli gratia*, a superioridade do **Homem** de Aluísio Azevedo sobre a **Relíquia** de Eça de Queiroz? Pois já o deviam ter feito há muito, e assegurar o mesmo do **Mulato** e da **Casa de Pensão**, que são reveladores de mais talento e aptidões do que **O Primo Basílio** e **O Crime do Padre Amaro**. Estes tiveram apenas mais reclame” (cf. Silvio Romero, **História da Literatura Brasileira**, Tomo Segundo, Garnier, 1888, p. 1041, ortografia atualizada por nós).

O grande crítico contem-

porâneo de Aluísio que deu atenção à sua obra – e que citamos acima como exceção – foi o cearense Araripe Júnior. Vejamos, resumidamente, o que ele escreveu, em um texto intitulado “*Aluísio Azevedo, o romance no Brasil*”, publicado em 19 de março de 1888:

“... creio poder considerar o dia da publicação do **Mulato**, no Maranhão, em 1881, como um dia propício às letras nacionais, não tanto pelo valor do livro, que saiu da forja cheio de grandes defeitos, mas pela espontaneidade do talento que o produziu.

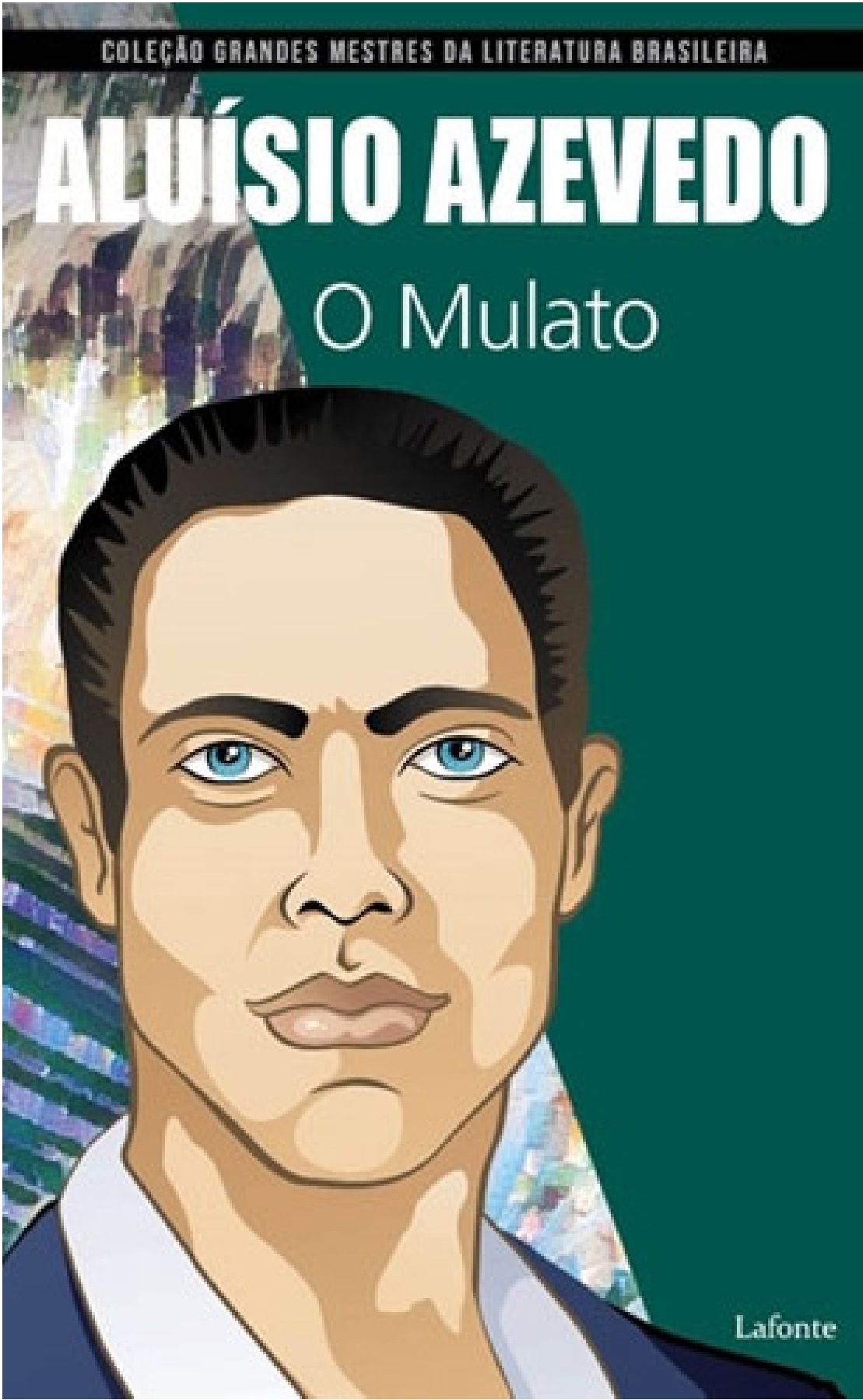
“Obras como o **Mulato** têm, para mim, uma significação extraordinária. Estudadas à luz da impressão causada por uma primeira leitura, desfibradas até mostrarem a vibração do espírito, a hiperestesia da imaginação no ato de concebê-las e os recursos potenciais inexplorados do autor, essas obras oferecem quase a fórmula inteira de um temperamento literário, embora, depois, em outros livros mais pensados, mais característicos, se encontre a verdadeira garra do artista.

“... N’**O Mulato** existe, em germe, o Aluísio Azevedo que depois se manifestou na **Casa de Pensão**, na **Filomena Borges**, n’**O Coruja**, n’**O Homem**; e as qualidades que ali esplendem são as mesmas que lhe têm criado tropeços na execução de alguns livros, não contidas na fórmula de sua índole; são as mesmas que já anunciaram, em dois de seus romances, um observador de raça, e que farão d’**O Cortiço**, segundo todas as probabilidades, um romance nacional, na verdadeira acepção da palavra.

“Ou eu me engano, ou este maranhense, que eu desejaria ter observado de mais perto, em ato de concepção, para poder melhor defini-lo, é uma natureza feliz, planturosa, máscula, fadada, na literatura, a representar um papel correspondente ao de Balzac, se quiser entregar-se à mesma ginástica a que este se entregou, — se estudar, se estudar muito, se se dispuser a conquistar a ilustração do século. Não me refiro aqui à ilustração relativa desse homem de letras, que, afinal, para os nossos costumes, tem-na quanto bastaria para satisfazer às necessidades médias dos nossos círculos de leitores; falo nessa educação, nesse preparo gigantesco, nesses aparelhos modernos de erudição, nessas armaduras terríveis, fundidas nas forjas dos novos ciclopes, sem as quais todo o passo na literatura será acompanhado de uma concomitante dispersão de forças e de um naufrágio no ideal. (...)

“O autor d’**O Homem** não deu ainda as suas provas decisivas: mas, pelo que conhece o público dos seus livros, e pelo que já se antevê, e está perfeitamente de acordo com a observação colhida do seu temperamento, do seu *modus vivendi*, ele pertence à raça dos compositores fortes, desanuviados e isentos de preocupações que não sejam avançar, — que não seja a gana do andamento, como mui bem define Bain” (cf. T.A. Araripe Júnior, **Obra Crítica**, Volume II, MEC/Casa de Rui Barbosa, 1960, pp. 63-64-65).

Em cinco de abril de 1888, Araripe Júnior volta a abordar



a obra de Aluísio Azevedo:

“Disse anteriormente que a aparição d’**O Mulato** marcava uma época na história do romance nacional, porque este livro, apesar dos hiatos que podem ser apontados, revelou logo uma vocação instintivamente orientada para o naturalismo.

“Verdade é que a leitura d’**O Mulato** deixa uma impressão ambígua de escolas diferentes; mas este fato explica-se perfeitamente pelas condições de atualidade do espírito de quem o compôs, pela virgindade das faculdades que entraram na fatura da obra. Aluísio Azevedo não via em roda de si senão românticos; e todas as manifestações da arte brasileira impregnavam-se ainda, profundamente, ou do indianismo notável, que distinguiu Gonçalves Dias, ou da morbidez de Casimiro de Abreu, ou das audácias hugoicas de Castro Alves. Para que ele pudesse romper essa crosta e saísse do *in pace* literário, da indolência artística em que vivíamos, seria necessário que o seu intelecto tivesse sido muito cedo iniciado nos mistérios eleusinos da auto-crítica. Um fato bastou, porém, para arrancá-lo a esse estado e atirá-lo repentinamente em um novo mundo de sensações. Esse fato foi a divulgação dos **Rouge-Macquart**, pela publicação do **Primo Basílio**, de Eça de Queirós.

(...) “Há instantes em que se duvida que **O Mulato** seja uma obra naturalista, tantas são as ressonâncias das leituras e impressões primitivas; como que o romance se formara por estratificações muito visíveis;

logo adiante, porém, a originalidade do autor ergue-se vitoriosa para impor-nos a sua visão de naturalista brasileiro, com uma *verve*, uma intensidade de colorido, que não deixa dúvida sobre a direção de suas faculdades. E foi precisamente essa novidade de vistas que me obrigou, em 1882, na *Gazeta da Tarde*, a dizer que sentia no estreante ‘um arrastamento indicativo de força, de fôlego, de pulso’, ‘um *joyeux garçon*’, ‘um temperamento jucundo, cheio de bonomias, idêntico a si mesmo’, e, mais que tudo, uma tendência para libertar-se logo dos grilhões da escola, eliminando cedo as superfetações de estilo que lhe impusera o modelo procurado.

“Aludo a Eça de Queirós, e, com efeito, a influência que este gentilíssimo escritor exerceu no autor d’**O Mulato** foi considerável, se atendermos que ela não chegou-lhe até a alma, mas somente até as raízes da expressão literária. E não podia ser por menos, porquanto dois autores só se penetram completamente quando há entre os mesmos identidade ou proximidade de temperamento. Ora, Eça de Queirós, pelo sentimento, está tão longe de Aluísio como o Rio de Janeiro de Lisboa. As respectivas zonas mentais têm fauna e flora de todo diferentes” (cf. T.A. Araripe Júnior, **op. cit.**, pp. 78-79).

Há implicitamente, neste artigo, um tentativa de explicar o que chamamos “instabilidade” de Aluísio Azevedo, o que aparecerá mais ainda em um artigo publicado dois dias depois:

“Depois da brilhante estreia

d’**O Mulato** (1881-1882), o autor andou a satisfazer a avidez dos leitores de rodapé, escrevendo as **Memórias de um Condenado** e **Os Mistérios da Tijuca**, vazando-os, embora com muitas restrições, nos moldes de X. de Montépín e de Ponson du Terrail. Durante este período, perguntei-lhe, por mais de uma vez, se lhe aprazia assanhar essa fera chamada — público, — atirando-lhe pedaços de carne crua e ensanguentada, como costumam fazer os domadores, para mostrar mais realçadas as suas qualidades dominadoras. A resposta a estas e outras injunções foi o aparecimento de **Casa de Pensão**” (cf. T.A. Araripe Júnior, **op. cit.**, p. 83).

Essa oscilação entre a subliteratura (Montépín, Terrail) e o campo da literatura (Zola, Eça) parece ter relação com o tema de Aluísio, a escravidão. Nos livros em que não conseguiu enfrentar o problema, central para a sociedade da época, ele parece resvalar para o que Araripe considerava literatura “de rodapé”.

No século XX, a abordagem do problema por Alfredo Bosi foi convencional:

“Essa luta com a pena pelo pão certamente explica o desnível entre seus romances sérios (**O Mulato**, **Casa de Pensão**, **O Cortiço**) e os pastelões melodramáticos de ‘pura inspiração industrial’, no dizer de José Veríssimo (**Condeessa Vésper**, **Girândola de Amores**, **A Mortalha de Alzira**...). E talvez à mesma causa se possa atribuir o estranho abandono das letras que se lhe nota a partir dos quarenta anos, quando entra



Capa de uma das edições de **O Mulato**

para a carreira diplomática e se elege membro da academia recém-fundada” (cf. Alfredo Bosi, **História Concisa da Literatura Brasileira**, Cultrix, 1994, p. 188).

Porém, Nelson Werneck Sodré observa a própria falta de raízes do naturalismo no Brasil e sua superficialidade geral. Daí, seu julgamento sobre a obra de Aluísio Azevedo:

“Aluísio Azevedo é um exemplo no naturalismo brasileiro, do escritor que trabalha constrangido pela fórmula e que vacila entre o desregramento romântico, a que se submete demasiado facilmente, embora lamentando o fato, e o espartilho naturalista, que o deixa peado, a que obedece a contragosto. Não poderia haver contensão absoluta na obediência, daí a mistura de elementos românticos, quando a vigilância afrouxa, e de elementos simpáticos ao autor, quando os costumes aparecem e ele os faz desfilar. Sente-se bem assim, os seus dotes de observação encontram um campo bastante amplo, vê os detalhes e vê o conjunto. Duas ou três vezes, anda à beira da concretização de circunstâncias favoráveis e da realização feliz, com **Casa de Pensão**, com **O Coruja**; um dia corresponde à plena coincidência de tudo, e surge **O Cortiço**, um grande livro brasileiro, pintura expressiva do quadro social, flagrante singular da vida. No mais, é o desmando da receita, a fisiologia vulgar e até com pretensões didáticas de **O Homem** e do **Livro de Uma Sogra**, em que a falsidade não pode ser compensada pelo pretenso realismo, e é até mais falsa por isso mesmo. **O Mulato** é uma prova de admissão, em que confluem todos os defeitos e todos os contrastes do autor e da escola, mais os de sua adaptação a um meio, como o da província, em que os problemas tinham características e dimensões totalmente diversas daquelas do meio originário da fórmula. Aluísio Azevedo, entretanto, sendo um iniciador, foi também o maior dos naturalistas brasileiros, e **O Cortiço** é o grande livro que a escola nos deixou” (cf. Nelson Werneck Sodré, **História da Literatura Brasileira**, Difel, 7ª ed., 1982, pp. 391-392).

Aluísio Azevedo escreveu um romance nacional. Aliás, não somente **O Cortiço**, mas também **Casa de Pensão** e **O Mulato** são representações do Brasil. Mas nenhuma tão elevada quanto **O Cortiço**. Alguns anos depois de sua morte, em janeiro de 1913, Lima Barreto pretendia que Aluísio fora um escritor superior a Machado de Assis – o que é um evidente exagero, bem característico de Lima Barreto, mas não deixa de ter uma base nos três principais livros de Aluísio, os únicos romances, em sua época, a não desaparecer diante da segunda fase machadiana.

Que haja desistido de crescer – com exceção de seus apontamentos sobre o Japão – após a Abolição e a República significa que esgotara seu assunto.

Ou que seu assunto se esgotara. A época já era outra.